

# Demonstrações Financeiras Intermediárias

31 de Março de 2014



# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	84
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	66.303
Preferenciais	8.309
<b>Total</b>	<b>74.612</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	3.960.323	3.791.353
1.01	Ativo Circulante	1.050.010	934.960
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	123.377	149.269
1.01.02	Aplicações Financeiras	361	2.023
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	361	2.023
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	361	2.023
1.01.03	Contas a Receber	657.215	642.447
1.01.03.01	Clientes	657.215	631.689
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes e outros	657.215	631.689
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	10.758
1.01.03.02.01	Recursos CDE	0	10.758
1.01.04	Estoques	7.299	6.979
1.01.06	Tributos a Recuperar	97.246	98.666
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	97.246	98.666
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições a recuperar	97.246	98.666
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.085	8.140
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	158.427	27.436
1.01.08.03	Outros	158.427	27.436
1.01.08.03.01	Serviços em curso	12.954	11.411
1.01.08.03.02	Outros ativos circulante	145.473	16.025
1.02	Ativo Não Circulante	2.910.313	2.856.393
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	916.660	903.582
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.062	6.391
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	2.062	6.391
1.02.01.03	Contas a Receber	132.093	146.372
1.02.01.03.01	Clientes	132.093	146.372
1.02.01.06	Tributos Diferidos	331.589	324.564
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	331.589	324.564
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	450.916	426.255
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	21.617	19.152
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	49.478	47.853
1.02.01.09.06	Entidade de Previdência Privada	552	543
1.02.01.09.07	Outros ativos não circulantes	2.158	2.158
1.02.01.09.08	Ativo indenizável (concessão)	377.111	356.549
1.02.02	Investimentos	2.734	2.734
1.02.04	Intangível	1.990.919	1.950.077
1.02.04.01	Intangíveis	1.990.919	1.950.077
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.990.919	1.950.077

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	3.960.323	3.791.353
2.01	Passivo Circulante	1.305.454	763.671
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	27.875	26.129
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	27.875	26.129
2.01.01.02.01	Salários e encargos a pagar	27.875	26.129
2.01.02	Fornecedores	484.291	349.048
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	484.291	349.048
2.01.03	Obrigações Fiscais	111.580	106.283
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34.071	29.277
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	259	315
2.01.03.01.02	Programa de Integração Social - PIS	4.590	3.500
2.01.03.01.03	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	21.141	16.121
2.01.03.01.04	Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.372	2.243
2.01.03.01.05	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	740	783
2.01.03.01.07	Outros impostos e contribuições	5.969	6.315
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	76.803	75.267
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	76.803	75.267
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	706	1.739
2.01.03.03.01	Imposto sobre Serviços - ISS	706	1.739
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	511.937	135.944
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	135.599	129.106
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	134.584	127.420
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.015	1.686
2.01.04.02	Debêntures	376.338	6.838
2.01.05	Outras Obrigações	159.523	136.177
2.01.05.02	Outros	159.523	136.177
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	155	165
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	18.425	18.625
2.01.05.02.05	Entidade de previdência privada	15.934	16.331
2.01.05.02.06	Outros Passivos	125.009	101.056
2.01.06	Provisões	10.248	10.090
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.248	10.090
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.833	3.623
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	6.415	6.467
2.02	Passivo Não Circulante	1.121.880	1.479.090
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	714.690	1.079.877
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	714.690	720.266
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	694.914	700.679
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	19.776	19.587
2.02.01.02	Debêntures	0	359.611
2.02.02	Outras Obrigações	348.064	340.986
2.02.02.02	Outros	348.064	340.986
2.02.02.02.03	Fornecedores	35.394	34.745
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	25.161	24.000
2.02.02.02.06	Entidade de previdência privada	259.512	257.217

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	27.997	25.024
2.02.04	Provisões	59.126	58.227
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	59.126	58.227
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.052	1.052
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	21.720	20.530
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	36.354	36.645
2.03	Patrimônio Líquido	1.532.989	1.548.592
2.03.01	Capital Social Realizado	590.174	590.174
2.03.02	Reservas de Capital	558.080	558.080
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	454.999	454.999
2.03.02.07	Remun de Bens Direitos const. capital próprio	30.077	30.077
2.03.02.08	Reserva de incentivo fiscal	73.004	73.004
2.03.04	Reservas de Lucros	409.024	409.014
2.03.04.01	Reserva Legal	118.035	118.035
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	14.214	14.214
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	276.261	276.261
2.03.04.10	Outras Reservas de Lucros	514	504
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-48.850	-33.481
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	24.561	24.805
2.03.08.01	Ganho sobre ativo disponível para venda	24.561	24.805

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	860.052	819.373
3.01.01	Receita Bruta	1.179.920	1.122.115
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-319.868	-302.742
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-768.698	-623.329
3.03	Resultado Bruto	91.354	196.044
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-93.551	-96.013
3.04.01	Despesas com Vendas	-50.551	-55.216
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-43.000	-40.797
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.197	100.031
3.06	Resultado Financeiro	-20.071	-18.583
3.06.01	Receitas Financeiras	37.754	27.773
3.06.02	Despesas Financeiras	-57.825	-46.356
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-22.268	81.448
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.899	-24.308
3.08.01	Corrente	0	-2.244
3.08.02	Diferido	6.899	-22.064
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.369	57.140
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.369	57.140
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,20580	0,76510
3.99.01.02	PNA	0,20580	0,76510
3.99.01.03	PNB	0,22640	0,84160

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.369	57.140
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-243	-512
4.02.02	Ganhos (perdas) atuarial do plano de benefício definido	-368	-776
4.02.03	Tributos s/ ganhos (perdas)	125	264
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.612	56.628

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	65.758	151.654
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	52.580	191.647
6.01.01.01	Lucro líquido do período ( antes dos impostos)	-22.268	81.448
6.01.01.02	Amortização	40.368	37.709
6.01.01.03	Encargos de dívidas e atualizações monetárias cambiais e outras receitas financeiras	30.526	42.640
6.01.01.04	Valor justo do ativo financeiro da concessão	-6.311	-977
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangível baixado	6.587	5.224
6.01.01.06	Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	6.678	7.288
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-3.000	18.315
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	13.178	-39.993
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	-8.247	92.865
6.01.02.02	Impostos e contribuições a recuperar	-105	-11.301
6.01.02.03	Estoques	-320	-520
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-1.125	-1.796
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	2.055	-5.770
6.01.02.06	Entidade de previdência privada	-9	-769
6.01.02.07	Outros ativos	-128.897	-127.156
6.01.02.08	Fornecedores	135.892	40.546
6.01.02.09	Salários e encargos a pagar	1.746	1.847
6.01.02.10	Encargos de dívidas e swaps pagos	-9.790	-10.541
6.01.02.11	Taxas regulamentares	961	-7.053
6.01.02.12	Imposto de renda (IR) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) pagos	0	-1.091
6.01.02.13	Impostos e contribuições a recolher	5.297	-6.401
6.01.02.14	Indenizações/contingências pagas	-8.000	-7.565
6.01.02.15	Entidade de previdência privada	-3.206	-4.545
6.01.02.16	Outros passivos	26.926	9.257
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-93.319	-63.050
6.02.01	Aquisição de intangível	-99.361	-64.390
6.02.02	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-91.252	-7.946
6.02.03	Resgate de títulos e valores mobiliários	97.294	9.286
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.669	-69.447
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	27.219	7.084
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-31.526	-27.942
6.03.03	Amortização do principal de debêntures	0	-48.980
6.03.04	Obrigações vinculadas	5.976	393
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	0	-2
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-25.892	19.157
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	149.269	192.602
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	123.377	211.759

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	409.014	-33.481	24.804	1.548.591
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	409.014	-33.481	24.804	1.548.591
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	10	0	0	10
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	10	0	0	10
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.369	-243	-15.612
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.369	0	-15.369
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-243	-243
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	409.024	-48.850	24.561	1.532.989

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	412.444	-132.506	-42.469	1.385.723
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	412.444	-132.506	-42.469	1.385.723
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	79	0	0	79
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	79	0	0	79
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	57.140	-512	56.628
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	57.140	0	57.140
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-512	-512
5.05.02.06	Perdas atuarial do plano de benefício definido	0	0	0	0	-512	-512
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	412.523	-75.366	-42.981	1.442.430

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013</b>
7.01	Receitas	1.162.295	1.089.102
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.179.920	1.122.115
7.01.02	Outras Receitas	-27	-3.497
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.598	-29.516
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-810.169	-655.351
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-631.818	-518.294
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-178.351	-137.057
7.03	Valor Adicionado Bruto	352.126	433.751
7.04	Retenções	-40.368	-37.709
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-40.368	-37.709
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	311.758	396.042
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.754	27.773
7.06.02	Receitas Financeiras	37.754	27.773
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	349.512	423.815
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	349.512	423.815
7.08.01	Pessoal	44.177	28.412
7.08.01.01	Remuneração Direta	29.437	18.687
7.08.01.02	Benefícios	13.369	13.553
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.364	4.791
7.08.01.04	Outros	-3.993	-8.619
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	262.079	291.323
7.08.02.01	Federais	53.881	90.349
7.08.02.02	Estaduais	206.326	199.202
7.08.02.03	Municipais	1.872	1.772
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	58.625	46.940
7.08.03.01	Juros	57.825	46.356
7.08.03.02	Aluguéis	800	584
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-15.369	57.140
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-15.369	57.140

## Comentário do Desempenho

### Comentário de Desempenho

#### 1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, com atuação no Estado de Pernambuco, que atende a uma população estimada de 8,9 milhões de habitantes em 184 municípios do Estado de Pernambuco, além do Distrito de Fernando de Noronha e do município de Pedras de Fogo na Paraíba.

A área de concessão da Companhia abrange aproximadamente 99 mil Km<sup>2</sup>, e atende a 100% do total dos domicílios do Estado de Pernambuco.

#### 2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

##### 2.1. Mercado de Energia Elétrica

##### 2.1.1. Evolução do Número de Consumidores Ativo

Classe	Evolução Número de Consumidores				
	1T14	1T13	Variação 2014/2013 - %	Variação Vertical	
				1T14	1T13
Residencial	2.953.748	2.873.624	2,79%	87,93%	87,75%
Industrial	11.889	12.382	-3,98%	0,35%	0,38%
Comercial	204.684	201.160	1,75%	6,09%	6,14%
Rural	156.420	155.814	0,39%	4,66%	4,76%
Poder Público	23.010	22.199	3,65%	0,68%	0,68%
Iluminação Pública	5.286	5.445	-2,92%	0,16%	0,17%
Serviço Público	3.232	3.042	6,25%	0,10%	0,09%
<b>Subtotal</b>	<b>3.358.269</b>	<b>3.273.666</b>	<b>2,58%</b>	<b>99,97%</b>	<b>99,97%</b>
Consumo Próprio	972	950	2,32%	0,03%	0,03%
Suprimento	26	28	-7,14%	0,00%	0,00%
<b>Total Fornecimento</b>	<b>3.359.267</b>	<b>3.274.644</b>	<b>2,58%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

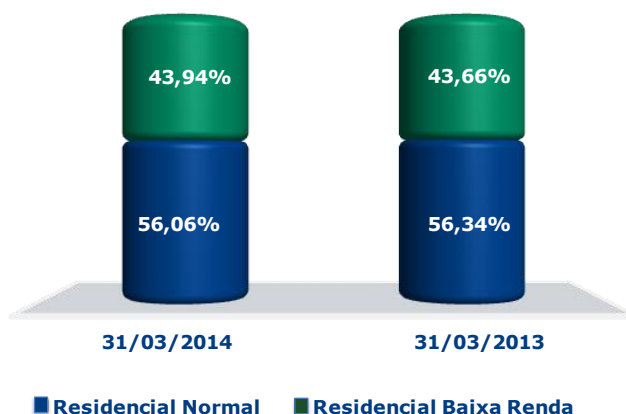
A Companhia encerrou o primeiro trimestre de 2014 com um número total de 3.359.267 consumidores, o que representa um crescimento de 2,58% em relação ao mesmo período de 2013. Esse crescimento representa um incremento de 84.623 novas unidades consumidoras na base comercial da Companhia.

O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 80.124 novos consumidores. Tal resultado é reflexo do crescimento da construção civil no estado nos últimos anos. O desenvolvimento econômico que o estado vem vivendo tem propiciado a criação de novos empreendimentos imobiliários que além de atender a uma demanda do público interno também atinge à população que migra de outras regiões do país para aproveitar as novas oportunidades que Pernambuco vem oferecendo.

O número de consumidores residenciais em março de 2014 representa 87,93% do total de clientes/contratos ativos, e do total de consumidores residenciais, 43,94% são consumidores enquadrados como residencial baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010. Em março de 2013 esse número era de 43,66%, indicando certa estabilidade.

## Comentário do Desempenho

### 2.1.1.1. Participação do Segmento Baixa Renda na Classe Residencial (%)



\*Últimos 12 meses

## 2.2. Energia Vendida em MWh e Reais/Mil

Classe	1T2014		1T2013		Variação 2014/2013 - %		Variação Vertical 1T14	
	Receita (R\$ milhões)	Volume (GWh)	Receita (R\$ milhões)	Volume (GWh)	Receita (R\$ milhões)	Volume (GWh)	Receita (R\$ milhões)	Volume (GWh)
Residencial	419.166	1.220.672	416.586	1.138.219	-0,62%	7,24%	45,04%	43,53%
Industrial	124.354	380.495	112.511	335.059	-9,52%	13,56%	13,36%	13,57%
Comercial	233.410	596.366	235.952	582.679	1,09%	2,35%	25,08%	21,27%
Rural	32.550	161.028	34.404	171.403	5,70%	-6,05%	3,50%	5,74%
Poder Público	59.613	166.345	61.486	159.939	3,14%	4,01%	6,41%	5,93%
Iluminação Pública	26.799	115.391	23.607	101.846	-11,91%	13,30%	2,88%	4,12%
Serviço Público	34.679	160.808	34.268	153.669	-1,19%	4,65%	3,73%	5,73%
<b>Subtotal</b>	<b>930.571</b>	<b>2.801.106</b>	<b>918.814</b>	<b>2.642.814</b>	<b>-1,26%</b>	<b>5,99%</b>	<b>100,00%</b>	<b>99,90%</b>
Consumo Próprio	-	2.944	-	3.053	-	-3,58%	-	0,10%
<b>Total Fornecimento</b>	<b>930.571</b>	<b>2.804.049</b>	<b>918.814</b>	<b>2.645.867</b>	<b>-1,26%</b>	<b>5,98%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

O volume total de energia vendida no mercado regulado da Companhia no primeiro trimestre de 2014 foi de 2.804.049 MWh, representando um acréscimo de 5,98% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A classe residencial apresentou um crescimento de 7,24%, atingindo um consumo de 1.220.672 MWh. Esta classe detém a maior parcela do consumo total da Celpe, com uma participação de 43,53% e tem se beneficiado de políticas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, para melhorar seu desempenho no período considerado.

A classe industrial registrou um acréscimo de 13,56% tendo esse resultado refletido a entrada e ampliação de novas cargas.

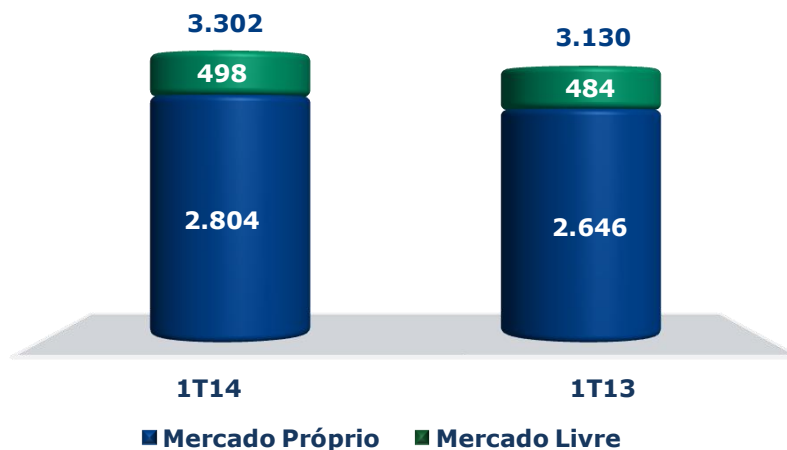
A classe comercial apresentou um acréscimo moderado de 2,35% indicando uma acomodação do crescimento.

A classe rural apresenta seu desempenho bastante vinculado ao comportamento das variáveis climáticas, tendo registrado decréscimo de 6,05%, resultado de considerável redução no consumo de clientes irrigantes na regional Petrolina decorrente da seca que afeta o Rio São Francisco e impossibilita que se utilize a água do Rio para irrigação.

## Comentário do Desempenho

### 2.3. Energia Distribuída

A energia distribuída (cativo + livre) pela Celpe no primeiro trimestre de 2014 foi 3.302 GWh, 5,5% maior que o registrado no mesmo período de 2013. Percebe-se, no período, uma estabilidade da participação dos livres, que foi de 15,09% no primeiro trimestre de 2013 e 15,46% no primeiro trimestre de 2014, evidenciando uma redução no processo de migração para o ACL.



## Comentário do Desempenho

### 2.4. Balanço Energético - MWh

Legenda:									
1T14		1T13							
<b>LEILÃO ENERGIA EXISTENTE</b>	%	<b>Contratos</b>		<b>Residencial</b>	%				
346.720	9,99%	3.471.410		1.220.672	43,53				
412.913	12,59%	3.280.230		1.138.219	43,02				
<b>QUOTAS (HIDRO + ANGRA)</b>	%	<b>Uso Distribuidoras</b>		<b>Industrial</b>	%				
1.043.464	30,06%	38.819		380.495	13,57				
976.121	29,76%	39.954		335.059	12,66				
<b>TERMOPE</b>	%	<b>Mercado Livre</b>		<b>Comercial</b>	%				
842.790	24,28%	498.296		596.366	21,27				
842.790	25,69%	483.732		582.679	22,02				
<b>PROINFA</b>	%	<b>Perdas Rede Básica</b>		<b>Rural</b>	%				
59.273	1,71%	73.942		161.028	5,74				
60.186	1,83%	75.467		171.403	6,48				
<b>MCSD</b>	%	<b>Sobras</b>		<b>Outros</b>	%				
38.917	1,12%	-117.460		445.488	15,89				
-41.810	-1,27%	-221.551		418.507	15,82				
<b>LEILÃO ENERGIA NOVA</b>	%								
1.118.670	32,23%								
1.015.583	30,96%								
<b>LEILÃO FONTE ALTERNATIVA</b>	%								
17.205	0,50%								
10.414	0,32%								
<b>GERAÇÃO PRÓPRIA</b>	%								
4.371	0,13%								
4.034	0,12%								

Injetada		Injetada		Mercado Próprio		Mercado Livre		Perda Distribuição		Uso Distribuidoras	
	%		%		%		%		%		%
4.052.043		4.052.043		2.804.049	69,20%	498.296	12,30%	710.879	17,54%	38.819	0,96%
3.950.001		3.950.001		2.645.867	66,98%	483.732	12,25%	780.447	19,76%	39.954	1,01%

A energia injetada atingiu o patamar de 4.052.043 MWh no primeiro trimestre de 2014, um crescimento de 2,58% com relação a igual período de 2013. Do total da energia injetada, 69,20% foi destinada ao consumo regulado, 12,30% para o consumo do mercado livre, 0,96% para o suprimento de fronteira e 17,54% representam perdas no processo de distribuição.

No primeiro trimestre de 2014, as perdas de distribuição de energia elétrica (técnicas e comerciais) apresentaram um decréscimo de 2,22 pontos percentuais, em relação ao mesmo período do ano anterior.

## Comentário do Desempenho

### 2.5.Reajuste / Revisão Tarifária

Conforme previsto nos Contratos de Concessão da CELPE, o processo de reajuste e revisão tarifária são determinantes para o entendimento da receita do segmento de distribuição de energia elétrica.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.519 de 23 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 0,18%, sendo 1,60% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -1,42% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de 1,32% a ser percebido pelos consumidores cativos.

**Revisão  
Tarifária 2013**

**1,32%**

As novas tarifas entraram em vigor no dia 29 de abril de 2013 com vigência até 28 de abril de 2014.

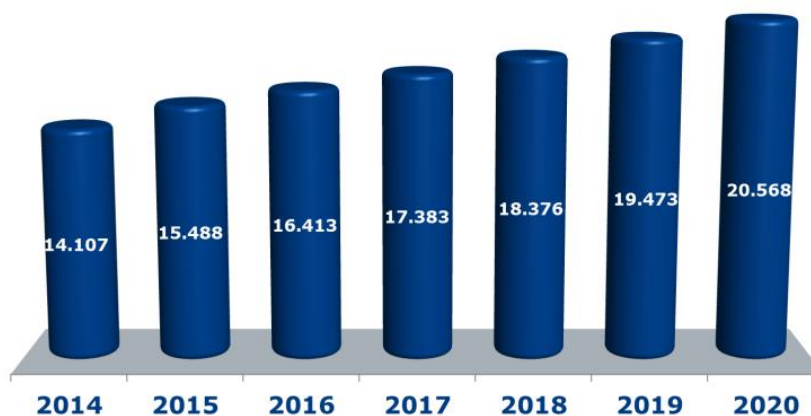
Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de 0,19%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, o efeito médio foi de 1,97%.

Os índices aprovados pela ANEEL incidem nas tarifas já reduzidas de acordo com a Revisão Tarifária Extraordinária anunciada em 24 de janeiro de 2013, conforme dispõe a Lei nº 12.873/2013.

### 2.6.Energia Contratada

No gráfico a seguir apresentamos a energia contratada para o período de 2014 a 2020 para o mercado das Distribuidoras do Grupo Neoenergia em 31/03/2014, baseada na expectativa de crescimento.

**Projeção de Contratação de Energia 2014 a 2020 - GWh**



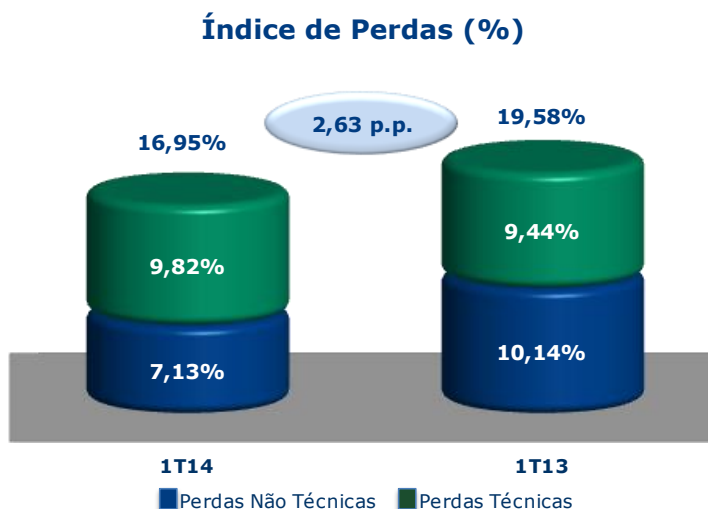
### 2.7. Índice de Perdas

As perdas de energia correspondem às perdas totais englobando as perdas técnicas, montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, decorrentes das irregularidades no cadastro de consumidores, medição e instalações de consumo.

As perdas de energia são acompanhadas pelas distribuidoras através do índice percentual que compara a diferença entre a energia requerida/comprada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período

## Comentário do Desempenho

de 12 meses. Com base nessa metodologia, a seguir estão disponibilizados os índices de perdas da Celpe até março de 2014, comparado ao mesmo período do ano anterior:



No primeiro trimestre do ano de 2014, a Celpe apresentou uma diminuição no Índice de Perdas Globais em relação ao mesmo período de 2013. A distribuidora atua fortemente no combate às perdas e até o momento foram gastos cerca de R\$ 12,97 milhões. As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de 32 mil inspeções e recuperação de 30,8 GWh de energia;
- Regularização de 2.900 consumidores clandestinos;
- Substituição de mais de 10 mil equipamentos de medição, com equipes de inspeção e de enlace;
- Instalação de 982 medições externas em clientes com impedimento de leitura;
- Atuação concentrada em áreas de perdas elevadas com aplicação de blindagem adequada as características do local, incorporando mercado, minimizando a possibilidade de realização de irregularidade e facilitando as ações comerciais como leitura, corte, religação, acompanhamento de cortados.
- Monitoramento e telemedição de unidades consumidora.

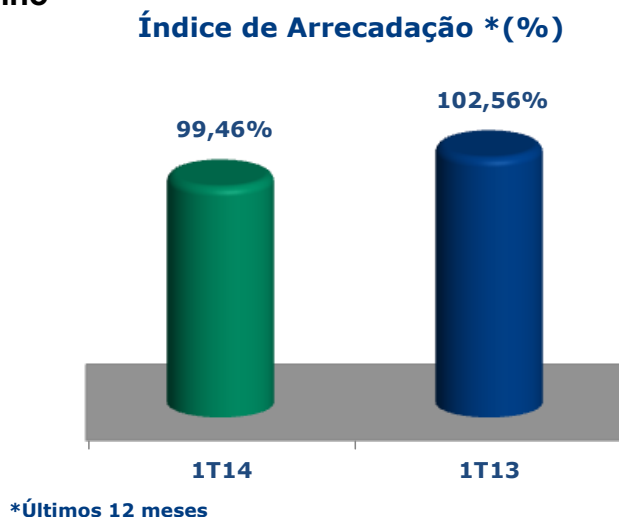
## 2.8. Arrecadação

O desempenho da arrecadação é medido pelo Índice de Arrecadação – IAR, definido pelo valor total arrecadado em relação aos valores faturados por fornecimento de energia, considerando o período acumulado dos últimos 12 meses.

Neste sentido, cabe ressaltar a influência direta das ações de recuperação de créditos que interferem no comportamento de pagamento das classes de consumo, como também o efeito da redução da tarifa de energia elétrica que ocorreu no final de janeiro/2013 que, diretamente, influenciou no comportamento do indicador do primeiro trimestre de 2013 em relação ao mesmo período de 2014.

Seguem abaixo o índice da Celpe em 2014 e seu comportamento em relação a 2013:

## Comentário do Desempenho



Apesar do resultado obtido no primeiro trimestre de 2014 ser inferior ao mesmo período de 2013, as ações de recuperação de créditos foram intensificadas com foco em:

- Criação do Plano de redução de inadimplência detalhado, com implementação do conceito de Matriz de Risco;
- Ações administrativas de menor custo, como URA (Unidade de Resposta Audível) e SMS (Serviço de Mensagens), voltado para dívidas de baixo risco de recebimento, iniciando o processo de cobrança;
- Readequação das ações de campo (Suspensão de fornecimento, Acompanhamento de Cortados, etc.) para dívidas de maior risco de recebimento (maiores débitos);
- Redução do prazo de parcelamentos, reduzindo o risco da companhia e elevando a arrecadação das parcelas.
- Inclusões em órgãos restritivos de proteção ao crédito (SPC e Serasa);
- Ação de Visita com Negociação em clientes cortados das classes Comercial e Industrial;
- Cobrança de sinal na realização dos planos de parcelamentos;
- Cobrança de dívidas antigas com foco na redução da PCLD.

### 2.9. Indicadores de Qualidade no Fornecimento

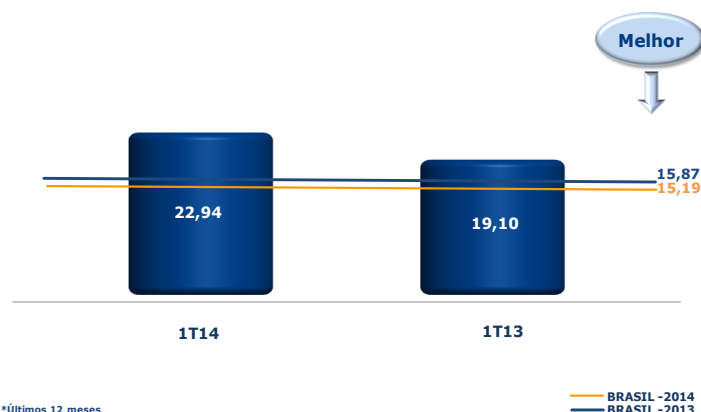
A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição de energia elétrica. O cálculo desses índices considera a média móvel dos últimos 12 meses.

No primeiro trimestre de 2014, o DEC da CELPE ficou acima da média nacional, enquanto que o FEC abaixo da média nacional.

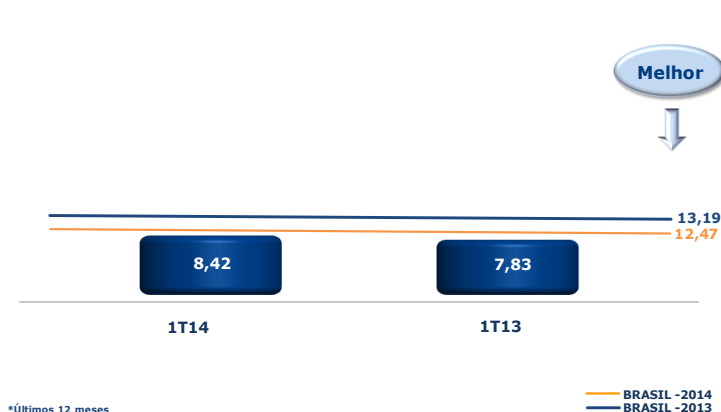
Os indicadores da Companhia, assim como os resultados apurados no Brasil, são comparados a seguir:

## Comentário do Desempenho

DEC – 2014



FEC – 2014



Fontes: ANEEL - DEC e FEC Limite em 2014 - Referência Brasil.

### 3. INVESTIMENTOS

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes, tendo sido investido no 1º trimestre de 2014 o montante de R\$ 64.390 mil.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões incluindo o Programa Luz para Todos.

Os investimentos em administração se referem ao desenvolvimento de softwares, aquisição de hardwares, renovação da frota veicular, e melhorias das instalações físicas, de forma a tornar mais eficientes os processos internos, e proporcionar um maior conforto ao atendimento dos clientes e melhores condições de trabalho aos empregados.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia.

- Expansão e renovação em subestações e linhas de distribuição em média e alta tensa;
- Instalação de medidores;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

Descrição	1T14	
	Investimento Total	Subvenções Realizadas
Geração	35	0
Distribuição	62.773	0
Comercialização	10	0
Administração	1.573	0
<b>Total</b>	<b>64.390</b>	<b>0</b>

## Comentário do Desempenho

### 3.1. Programa Luz Para Todos

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo Federal em 2003 e com prazo de execução das obras até o final de 2011, posteriormente prorrogado até 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

O Programa Luz para Todos tem como objetivo propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público. Até 2014, também serão atendidos assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, escolas, postos de saúde e poços de água comunitários, pessoas atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania, ou pelo Plano Brasil sem Miséria.

O contrato em vigor no Estado de Pernambuco foi assinado em setembro de 2013 e prevê a ligação de 8.957 unidades consumidoras pela CELPE. Os investimentos previstos são de aproximadamente R\$ 72 milhões.

De 2004, quando o programa começou, até março de 2014, a distribuidora já realizou 94.958 ligações e 7.199 estão em execução. A previsão é de encerrar o ano de 2014 com 102.157 ligações realizadas em todo o programa.

<b>Programa Luz para Todos</b>	<b>31/03/2014</b>
Ligações executadas até 2009	93.200
Ligações executadas em 2010	-
Ligações executadas em 2011	-
Ligações executadas em 2012	-
Ligações executadas em 2013	874
Ligações executadas até 31/03/2014	884
<b>Total de Ligações Executadas</b>	<b>94.958</b>
<b>Em execução</b>	<b>7.199</b>
<b>A executar</b>	<b>-</b>
<b>Ligações totais previstas pelo Programa</b>	<b>102.157</b>

## Comentário do Desempenho

### 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### 4.1. Resultado do Trimestre

Descrição	Trimestre - R\$ Mil		Variação	
	1T14	1T13	R\$ Mil	%
<b>Receita Bruta</b>	<b>1.179.920</b>	<b>1.122.115</b>	<b>57.805</b>	<b>5,15</b>
Deduções da Receita Bruta	-319.869	-302.742	-17.127	5,66
<b>Receita Líquida</b>	<b>860.051</b>	<b>819.373</b>	<b>40.678</b>	<b>4,96</b>
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	-768.697	-623.329	-145.368	23,32
<b>Resultado Bruto</b>	<b>91.354</b>	<b>196.044</b>	<b>-104.690</b>	<b>-53,40</b>
Outras Despesas Operacionais	-93.551	-96.013	2.462	-2,56
<b>Resultado do Serviço (I)</b>	<b>-2.197</b>	<b>100.031</b>	<b>-102.228</b>	<b>-102,20</b>
Amortização / Depreciação	39.567	36.804	2.763	7,51
<b>EBITDA</b>	<b>37.370</b>	<b>136.835</b>	<b>-99.465</b>	<b>-72,69</b>
Resultado Financeiro (II)	-20.071	-18.583	-1.488	8,01
<b>Resultado Operacional (I) + (II)</b>	<b>-22.268</b>	<b>81.448</b>	<b>-103.716</b>	<b>-127,34</b>
IR e CSLL	6.899	-24.308	31.207	-128,38
Lucro/Prejuízo antes da reversão dos JSCP	-15.369	57.140	-72.509	-126,90
<b>Lucro do Período</b>	<b>-15.369</b>	<b>57.140</b>	<b>-72.509</b>	<b>-126,90</b>

#### 4.1.1. Receita Operacional Líquida

A Companhia apresentou no primeiro trimestre de 2014 uma Receita Bruta de R\$ 1.179.920 mil (R\$ 1.122.115 mil no primeiro trimestre de 2013), representando um acréscimo de 5,15%, e uma Receita Líquida de R\$ 860.051 mil (R\$ 819.373 mil no primeiro trimestre de 2013), representando um acréscimo de 4,96%.

Os fatores determinantes da variação da Receita Líquida foram:

- Aumento da receita com o fornecimento de energia elétrica no montante de R\$ 17.146 mil (3,76%), embora tenha ocorrido a redução da tarifa de energia conforme Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e Resolução Homologatória nº 1.429, de 24 de janeiro de 2013.
- Redução do suprimento de energia elétrica – CCEE, decorrente principalmente da motorização crescente das Usinas de Santo Antônio e Jirau, das frustrações das cotas de Energia Existente e cancelamento de contratos dos 4º, 6º e 7º Leilões de Energia Nova.
- Aumento da Receita de Construção em R\$ 29.430 mil, que não produz efeito líquido no resultado da empresa devido à sua contrapartida no custo. As receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria foram contabilizadas em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 17 – Contratos de Construção, que estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas aos contratos de construção.

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica). A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda

## Comentário do Desempenho

receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. Dessa forma não gera nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia.

- Aumento de Outras Receitas em R\$ 25.852 mil, decorrente principalmente do aumento da receita de ressarcimento de energia, em virtude da indisponibilidade de usinas térmicas em 2014.
- Aumento dos tributos ICMS e PIS/COFINS, devido principalmente ao aumento da receita bruta de vendas e/ou serviços.
- Redução do encargo da quota de Reserva Global de Reversão - RGR no montante de R\$ 2.831 mil, em função da sua extinção, através da lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e Despacho ANEEL nº 34 de 10 de janeiro de 2013.
- Não realização do encargo Conta de Consumo de Combustível - CCC, em R\$ 5.188 mil, devido principalmente à extinção da quota fixada pela ANEEL, conforme lei nº 12.783/2013 e da Resolução Homologatória 1.418, que isenta o valor a partir de Fevereiro/2013.

### 4.1.2. Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis	Trimestre - R\$ Mil		Variação	
	1T14	1T13	R\$ Mil	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-544.355	-444.392	-99.963	22,49
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-23.299	-29.388	6.089	-20,72
Taxa de Fiscalização - TFSEE	-1.126	-1.474	348	-23,61
<b>Subtotal</b>	<b>-568.780</b>	<b>-475.254</b>	<b>-93.526</b>	<b>19,68</b>
Custos e Despesas Gerenciáveis	1T14	1T13	R\$ Mil	%
Pessoal e Administradores	-45.236	-31.499	-13.737	43,61
Material	-2.688	-2.201	-487	22,13
Serviços de terceiros	-74.368	-60.500	-13.868	22,92
Depreciação e amortização	-39.567	-36.804	-2.763	7,51
Provisões Líquidas - PCLD	-17.598	-29.516	11.918	-40,38
Provisões Líquidas - Contingências	1.023	-2.149	3.172	-147,60
Custo de Construção	-91.930	-62.500	-29.430	47,09
Outros	-23.104	-18.919	-4.185	22,12
<b>Subtotal</b>	<b>-293.468</b>	<b>-244.088</b>	<b>-49.380</b>	<b>20,23</b>
<b>Total</b>	<b>-862.248</b>	<b>-719.342</b>	<b>-142.906</b>	<b>19,87</b>

Os custos e despesas operacionais no primeiro trimestre de 2014 correspondem a R\$ 862.248 mil (R\$ 719.342 mil no mesmo período de 2013), representando um acréscimo de R\$ 142.906 mil (19,87%).

Contribuíram para esse resultado:

- Aumento do custo da energia elétrica comprada para revenda, em R\$ 99.963 mil, decorrente principalmente de:
  - ✓ Novos contratos para 2014, UHE Jirau e o 12º LEN;
  - ✓ Alta do PLD, que aumentou os custos de compra das usinas térmicas.

## Comentário do Desempenho

- Redução do custo dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão, em R\$ 6.089 mil, decorrente principalmente da nova classificação do ESS para o ano de 2014.
- Aumento do custo de Pessoal, em R\$ 13.737 mil, decorrente principalmente do reajuste do plano de saúde, reajuste salarial e a redução da transferência do custeio para investimento.
- Aumento do custo de Serviços de Terceiros, em R\$ 13.868 mil, decorrente principalmente do aumento nos serviços de manutenção corretiva, comunicação (telefone e internet), leitura de medidor, inspeção técnica, serviços jurídicos, agente arrecadador, manutenção e conservação de software, cobrança administrativa e negativação, serviço de atendimento e teleatendimento e processamento de dados.
- Redução das Provisões Líquidas PCLD e perdas conta a receber/consumidores, em R\$ 11.918 mil, em decorrência do aumento de número dos cortes realizados no primeiro trimestre, crescimento do resultado da assessoria de cobrança, intensificação das ações de URA/SMS e grandes negociações. Em março, houve aumento do volume de contratos baixados há seis meses (setembro/2013), proporcionando a reversão da PCLD, aumentando o incobrável e foco do plano de corte 2014 nas maiores dívidas com até 03 faturas e nos cortados até 90 dias.
- Aumento do Custo de Construção, em R\$ 29.430 mil, que não produz efeito líquido no resultado da empresa devido à sua contrapartida na receita, conforme mencionado na variação da Receita.
- Aumento da rubrica Outros, em R\$ 4.185 mil, decorrente principalmente da provisão devedores duvidosos CCEE.

### 4.1.3. Resultado Financeiro Líquido

Descrição	Trimestre - R\$ Mil		Variação	
	1T14	1T13	R\$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	3.018	3.389	-371	-10,95
Juros, comissões e acréscimo moratório	11.490	11.636	-146	-1,25
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas)	-28.569	-21.775	-6.794	31,20
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	-6.010	-11.833	5.823	-49,21
<b>Total</b>	<b>-20.071</b>	<b>-18.583</b>	<b>-1.488</b>	<b>8,01</b>

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 20.071 mil no primeiro trimestre de 2014, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 18.583 mil no mesmo período de 2013, representando uma variação negativa de R\$ 1.488 mil.

Contribuíram para esse resultado:

- Aumento dos Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos) em R\$ 6.794 mil, devido basicamente a novos ingressos de recursos provenientes do BNDES e FINEP, elevando as previsões de encargos dos financiamentos junto a estas fontes, à captação realizada junto ao Citibank, em Dezembro/2013, cuja moeda original é o Dólar, e ao aumento da taxa de juros (CDI) vinculada à parte do endividamento da companhia.
- Aumento da rubrica de Outras Receitas (despesas) Financeiras Líquidas, em R\$ 5.823 mil, decorrente principalmente da atualização da Receita Financeira da Concessão, que é corrigida pelo índice IGPM onde no mês de março de 2014 foi de 1,67%, enquanto em março de 2013 foi de 0,21%.

**Comentário do Desempenho****4.1.4. Principais Indicadores**

Indicadores Econômicos	Acumulado Até		Variação %
	1ºT14	1ºT13	1ºT14/13
Receita Operacional Bruta	1.179.920	1.122.115	5,15%
Receita Operacional Líquida	860.051	819.373	4,96%
EBITDA	37.370	136.835	-72,69%
Resultado do Serviço	-2.197	100.031	-102,20%
Resultado Financeiro sem JSCP	-20.071	-18.583	8,01%
Lucro Líquido	-15.369	57.140	-126,90%
Margem EBITDA (%)	4,35%	16,70%	-73,98%
Margem EBITDA (%) - Sem Rec. Construção (*)	4,87%	18,08%	-73,09%
Margem Operacional (%)	-0,26%	12,21%	-102,09%
Margem Líquida (%)	-1,79%	6,97%	-125,63%

Indicadores Financeiros	Acumulado Até		Variação %
	1ºT14	Dez/13	1ºT14/Dez/13
Ativo Total	3.960.323	3.791.353	4,46%
Dívida Bruta	1.384.805	1.374.269	0,77%
Patrimônio Líquido	1.532.989	1.548.592	-1,01%
Dívida Total Líquida	1.237.362	1.102.676	12,21%
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	4,63	3,40	36,14%
Dívida Total Líquida /(Dívida Total Líquida + PL)	0,45	0,42	7,39%
Dívida de Curto Prazo Líquida/Dívida Total Líquida	0,33	-	-
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,39	-	-
	1ºT14	1ºT13	1ºT14/13
Investimentos	99.361	64.390	54,31%
	1ºT14	1ºT13	1ºT14/13
<b>Indicadores de Produtividade</b>			
Nº de Empregados	1.743	1.711	1,87%
Nº de Consumidores	3.359.267	3.274.644	2,58%
Consumidores/Empregados	1.927	1.914	0,70%
Custos/Consumidores	-0,26	-0,22	16,85%
<b>Receita Operacional Líquida/Empregados (**)</b>	493	479	3,04%

(\*) EBITDA análise dos últimos 12 meses

(\*\*) ROL sem a Receita de Construção

O número de consumidores apresentou um crescimento de 2,58%, refletindo no crescimento da relação Consumidores-Empregados.

## Comentário do Desempenho

Conciliação EBITDA (*)	Trimestre		Variação %	Acumulado Até		Variação %
	1T14	1T13	1T14/13	31/03/2014	31/03/2013 Reapresentado	2014/2013
Lucro líquido	-15.369	57.140	-126,90%	-15.369	57.140	-126,90%
Despesas financeiras	57.826	46.356	24,74%	57.826	46.356	24,74%
Receitas financeiras	-37.755	-27.773	35,94%	-37.755	-27.773	35,94%
Imposto de renda	-11.144	19.887	-156,04%	-11.144	19.887	-156,04%
Depreciação e Amortização	39.567	36.804	7,51%	39.567	36.804	7,51%
Amortização de ágio	4.245	4.421	-3,98%	4.245	4.421	-3,98%
<b>EBITDA</b>	<b>37.370</b>	<b>136.835</b>	<b>-72,69%</b>	<b>37.370</b>	<b>136.835</b>	<b>-72,69%</b>

## 5. ENDIVIDAMENTO

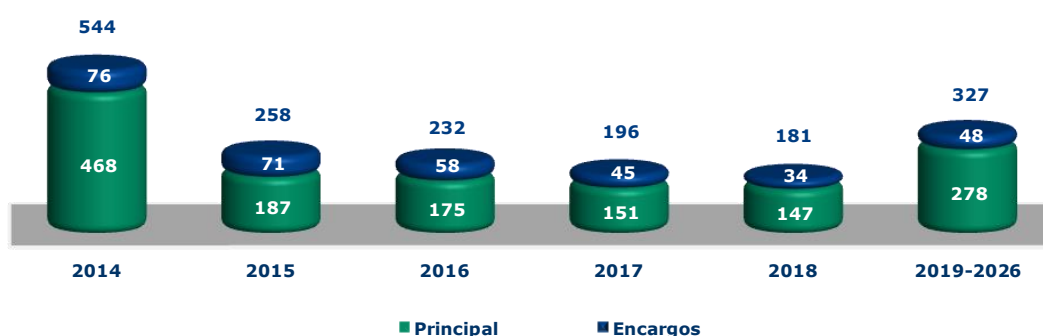
A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e encargos, passou de R\$ 1.349.173 mil em 31 de março de 2013 para R\$ 1.384.805 mil em 31 de março de 2014. Este acréscimo de 2,64% ocorreu principalmente em função de novas captações e ingressos financeiros de contratos já existentes.

A dívida líquida da Celpe (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou o primeiro trimestre de 2014 com R\$ 1.237.362 mil (R\$ 1.103.236 mil em 31 de março de 2013), 12,16% maior do que a verificada no período anterior.

O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 3,40 em 31 de dezembro de 2013 para 4,63 em 31 de março de 2014 devido a evolução da dívida líquida ter sido superior ao crescimento do EBITDA no período.

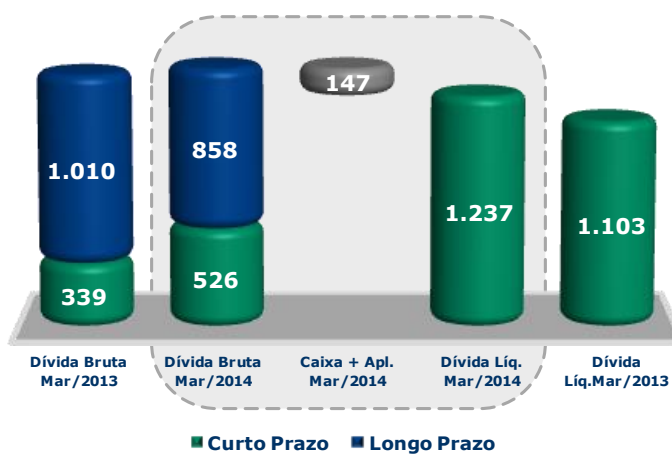
A seguir é apresentado gráfico com a evolução do endividamento bruto e a respectiva segregação entre principal e encargos.

### Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ Milhões)

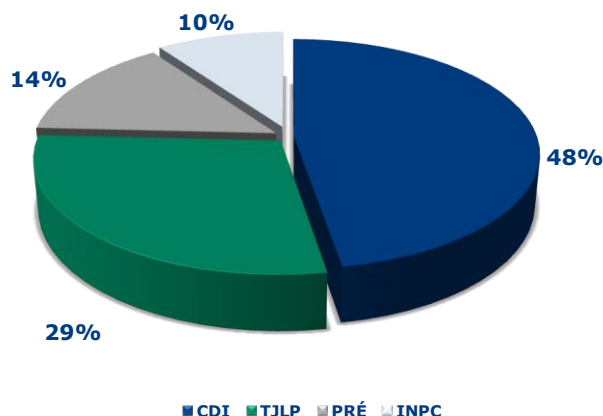


## Comentário do Desempenho

### Evolução da Dívida (R\$ Milhões)



### Endividamento por Indexador (%)



## 6. EVENTO SUBSEQUENTE

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.723 de 28 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2014, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 15,99%, dos quais 14,05% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 1,94% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 17,75%, conforme tabela a seguir:

### Efeito Tarifário Médio Percebido pelos Consumidores

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão ( > 2,3 kV )	17,86%
BT - Baixa Tensão ( < 2,3 kV )	17,69%
<b>Efeito Tarifário Médio (AT + BT)</b>	<b>17,75%</b>

As novas tarifas entrarão em vigor a partir do dia 29 de abril de 2014 com vigência até 28 de abril de 2015.

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
BALANÇO PATRIMONIAL  
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b><u>ATIVO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	123.377	149.269
Contas a receber de clientes e outros	4	657.215	631.689
Títulos e valores mobiliários	5	361	2.023
Recursos CDE		-	10.758
Impostos e contribuições a recuperar	6	97.246	98.666
Estoques		7.299	6.979
Despesas pagas antecipadamente		6.085	8.140
Serviços em curso	7	12.954	11.411
Outros ativos circulantes	8	145.473	16.025
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.050.010</b>	<b>934.960</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a receber de clientes e outros	4	132.093	146.372
Títulos e valores mobiliários	5	2.062	6.391
Impostos e contribuições a recuperar	6	21.617	19.152
Impostos e contribuições diferidos	9	331.589	324.564
Depósitos judiciais	10	49.478	47.853
Entidade de Previdência Privada	28	552	543
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11	377.111	356.549
Outros ativos não circulantes	8	2.158	2.158
Investimentos		2.734	2.734
Intangível	12	1.990.919	1.950.077
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.910.313</b>	<b>2.856.393</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.960.323</b>	<b>3.791.353</b>

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
 Em milhares de reais

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/03/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	13	484.291	349.048
Empréstimos e financiamentos	14	135.599	129.106
Debêntures	15	376.338	6.838
Salários e encargos a pagar	16	27.875	26.129
Taxas regulamentares	17	18.425	18.625
Impostos e contribuições a recolher	18	111.580	106.283
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	155	165
Provisões	20	10.248	10.090
Entidade de previdência privada	28	15.934	16.331
Outros passivos circulantes	21	125.009	101.056
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.305.454</b>	<b>763.671</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	13	35.394	34.745
Empréstimos e financiamentos	14	714.690	720.266
Debêntures	15	-	359.611
Taxas regulamentares	17	25.161	24.000
Provisões	20	59.126	58.227
Entidade de previdência privada	28	259.512	257.217
Outros passivos não circulantes	21	27.997	25.024
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.121.880</b>	<b>1.479.090</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	22	590.174	590.174
Reservas de capital		558.080	558.080
Reservas de lucros		409.024	409.015
Outros resultados abrangentes		24.561	24.804
Prejuízo acumulado		(48.850)	(33.481)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.532.989</b>	<b>1.548.592</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.960.323</b>	<b>3.791.353</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO  
 Períodos findos em 31 de março  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Notas</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u> <b>(Reapresentado)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	23	<b>860.052</b>	<b>819.373</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO</b>	24	(768.698)	(623.329)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>91.354</b>	<b>196.044</b>
Despesas com vendas	24	(50.551)	(55.216)
Despesas gerais e administrativas	24	(43.000)	(40.797)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>(2.197)</b>	<b>100.031</b>
Resultado financeiro		(20.071)	(18.583)
Receitas financeiras	25	37.754	27.773
Despesas financeiras	25	(57.825)	(46.356)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(22.268)</b>	<b>81.448</b>
Imposto de renda e contribuição social		<b>6.899</b>	<b>(24.308)</b>
Corrente	9	-	(6.398)
Diferido	9	11.144	(17.643)
Imposto de renda - SUDENE	9	-	4.154
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	9	(4.245)	(4.421)
<b>LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>(15.369)</b>	<b>57.140</b>
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) BÁSICO EDILUÍDO POR AÇÃO:</b>			
Ordinária		(0,2058)	0,7651
Preferencial A		(0,2058)	0,7651
Preferencial B		(0,2264)	0,8416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE  
 Períodos findos em 31 de março  
 Em milhares de reais

	31/03/2014	31/03/2013
		<b><u>(Reapresentado)</u></b>
<b>Lucro/(prejuízo) do período</b>	<b>(15.369)</b>	<b>57.140</b>
Outros resultados abrangentes		
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	(368)	(776)
Tributos s/ ganhos (perdas)	125	264
<b>Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos</b>	<b>(243)</b>	<b>(512)</b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários</b>	<b>(15.612)</b>	<b>56.628</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

## Notas Explicativas

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Em milhares de reais

	Reserva de Capital					Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ação	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	590.174	454.999	73.004	276.261	118.035	14.214	504	24.501	(33.481)	-	1.546.591	
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	10	
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	10	
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	10	
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.369)	-	(15.369)	
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	(368)	-	-	(368)	
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	-	1,25	-	-	1,25	
<b>Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos</b>	-	-	-	-	-	-	-	(243)	-	-	(243)	
<b>Saldo em 31 de março de 2014</b>	590.174	454.999	73.004	276.261	118.035	14.214	514	24.501	(48.850)	-	1.532.989	

	Reserva de Capital					Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ação	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Outras Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes				
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)</b>	590.174	30.077	73.004	268.523	118.035	14.214	335	(42.469)	(132.506)	11.337	1.385.723	
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	80	-	-	-	80	
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>	-	-	-	-	-	-	80	-	-	-	80	
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	57.140	-	57.140	
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	(776)	-	-	(776)	
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	-	264	-	-	264	
<b>Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos</b>	-	-	-	-	-	-	-	(512)	-	-	(512)	
<b>Saldo em 31 de março de 2013</b>	590.174	30.077	73.004	268.523	118.035	14.214	415	(42.981)	(75.366)	11.337	1.442.430	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA**

Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais

Ref.:	31/03/2014	31/03/2013
	<b>(Representado)</b>	
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro/(prejuízo) do período antes do imposto de renda e contribuição social</b>	(22.268)	81.448
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Amortização (*)	40.368	37.709
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	30.526	42.640
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(6.311)	(977)
Valor residual do ativo intangível baixado	6.587	5.224
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	6.678	7.288
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.000)	18.315
	<b>52.580</b>	<b>191.647</b>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(8.247)	92.865
IR e CSLL a recuperar	11.468	(3.606)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(11.573)	(7.695)
Estoques	(320)	(520)
Depósitos judiciais	(1.125)	(1.796)
Despesas pagas antecipadamente	2.055	(5.770)
Entidade de previdência privada	(9)	(769)
Outros ativos	(128.897)	(127.156)
	<b>(136.648)</b>	<b>(54.447)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	135.892	40.546
Salários e encargos a pagar	1.746	1.847
Encargos de dívidas e swap pagos	(9.790)	(10.541)
Taxas regulamentares	961	(7.053)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-	(1.091)
Impostos e contribuições a recolher	5.297	(6.401)
Indenizações/contingências pagas	(8.000)	(7.565)
Entidade de previdência privada	(3.206)	(4.545)
Outros passivos	26.926	9.257
	<b>149.826</b>	<b>14.454</b>
	<b>65.758</b>	<b>151.654</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de investimentos		
Aquisição de intangível	(99.361)	(64.390)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(91.252)	(7.946)
Resgate de títulos e valores mobiliários	97.294	9.286
<b>GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(93.319)</b>	<b>(63.050)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	27.219	7.084
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(31.526)	(27.942)
Amortização do principal de debêntures	-	(48.980)
Obrigações vinculadas	5.976	393
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(2)
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>1.669</b>	<b>(69.447)</b>
	<b>(25.892)</b>	<b>19.157</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	149.269	192.602
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	123.377	211.759
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<b>(25.892)</b>	<b>19.157</b>

(\*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 31 de março

Em milhares de reais

	Ref.:	31/03/2014	31/03/2013
			<b>(Reapresentado)</b>
<b>Receitas</b>			
Vendas brutas de energia, serviços e outros		1.179.920	1.122.115
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(17.598)	(29.516)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos		(27)	(3.497)
		<b>1.162.295</b>	<b>1.089.102</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	(*)	(599.861)	(484.139)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*)	(25.494)	(32.224)
Matérias-primas consumidas	(*)	(6.463)	(1.931)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*)	(178.351)	(137.057)
		<b>(810.169)</b>	<b>(655.351)</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>352.126</b>	<b>433.751</b>
Amortização	(*)	(40.368)	(37.709)
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>311.758</b>	<b>396.042</b>
Receitas financeiras		37.754	27.773
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>349.512</b>	<b>423.815</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remunerações		23.348	18.687
Encargos sociais (exceto INSS)		5.364	4.791
Entidade de previdência privada		4.550	2.050
Auxílio alimentação		2.801	2.533
Convênio assistencial e outros benefícios		1.246	872
Despesas com desligamento		1.315	465
Férias e 13º salário		5.568	5.094
Plano de saúde		3.395	918
Indenizações trabalhistas		567	267
Participação no resultado		1.377	2.086
Administradores		521	453
Encerramento de ordem em curso		120	529
(-) Transferência para Ordens		(5.995)	(10.333)
<b>Subtotal</b>		<b>44.177</b>	<b>28.412</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>			
INSS (sobre folha de pagamento)		5.610	5.137
ICMS		206.326	199.202
PIS/COFINS sobre faturamento		44.482	42.320
Imposto de renda e contribuição social		(6.899)	24.308
Obrigações intra-setoriais		10.688	18.584
Outros		1.872	1.772
<b>Subtotal</b>		<b>262.079</b>	<b>291.323</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros e variações cambiais		57.825	46.356
Aluguéis	(*)	800	584
<b>Subtotal</b>		<b>58.625</b>	<b>46.940</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Prejuízo		(15.369)	57.140
<b>Subtotal</b>		<b>(15.369)</b>	<b>57.140</b>
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>349.512</b>	<b>423.815</b>

(\*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE ou Companhia, sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de distribuição e comercialização aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - Pernambuco.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedra de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km<sup>2</sup>, regulado pelo Contrato de Concessão nº 26, firmado em 30 de março de 2000, com vigência até 30 de março de 2030.

Pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações financeiras em 14 de maio de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA INTERMEDIÁRIA CONDENSADA

#### 2.1 – Declaração de conformidade

A demonstração contábil intermediária da Companhia relativa aos três meses findos em 31 de março de 2014 foi elaborada e está apresentada de acordo com CPC 21 – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com IAS 34 – Interim Financial Reporting.

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 2.2 – Base de apresentação

A demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, devem ser lidas em conjunto, exceto quanto aos ajustes apresentados no item 2.3 abaixo.

Em março de 2014 o Governo Federal através do Ministério da Fazenda de Minas e Energia comunicou algumas medidas adotadas para o fortalecimento do setor elétrico nacional, as quais foram concluídas e formalizadas através do Decreto 8.221/14. Esse decreto criou a Conta-ACR a ser gerida pela CCEE, destinada a cobrir as despesas das distribuidoras, entre fev/14 e dez/14, decorrentes da exposição involuntária no mercado de curto prazo e custo adicional do despacho das termelétricas na modalidade CCEAR por disponibilidade, autorizando o aporte adicional do Tesouro da CDE à Conta-ACR. Decorrente destas alterações no setor as distribuidoras passaram a registrar um ativo financeiro conforme mencionado na nota explicativa nº 08.

### 2.3 – Reapresentação dos valores correspondentes

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de março de 2013 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013 estão sendo reapresentados, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Em 08 de março de 2013 foi publicado o Decreto nº 7.945, que alterou a estrutura tarifária e o subsídio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Adicionalmente, em 2 de maio de 2013 a ANEEL publicou o Despacho nº 1.312 de 30 de abril de 2013, fixando os valores a serem repassadas às concessionárias de distribuição com recursos da CDE, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013. O acréscimo nos valores a serem repassados para a Companhia e os custos incorridos com compra de energia referentes ao primeiro trimestre foram, contudo, parcialmente reconhecidos no período de três meses findo em 30 de junho de 2013. Desse modo, está sendo reapresentado para atendimento das melhores práticas contábeis e normativas vigentes.
- (b) Correção de erro na apropriação de custos aos ativos vinculados à infraestrutura da concessão.

Em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica, a Companhia realizou uma revisão dos custos não considerados pela ANEEL na determinação da Base de Remuneração

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Regulatória – BRR utilizada para fins de definição tarifária, visando validar a pertinência dos registros contábeis à luz das regras societárias.

Após essa revisão constatou-se que alguns gastos foram capitalizados como ativos sem terem aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente. Em decorrência dessa revisão a Companhia procedeu aos ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos, conforme dispõe o CPC 23 – Retificação de Erro.

Os ajustes decorrentes da correção dos erros identificados impactaram na reversão dos gastos capitalizados indevidamente no ativo financeiro e intangível, estorno da atualização monetária sobre o ativo financeiro e da amortização acumulada dos montantes classificados como ativo intangível, e no aumento das despesas nos períodos em que as mesmas incorreram líquidos dos efeitos tributários e que foram ajustados contra lucros acumulados no balanço de abertura.

Em 2013 os registros contábeis para reconhecimento dos ativos estão em consonância com as referidas normas societárias.

- (c) Correção de erro no reconhecimento do diferencial de energia comercializada proveniente da Eletronuclear.

A Lei nº 12.111 de 09/12/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear e estabeleceu que o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 fosse rateado entre todas as distribuidoras.

A Resolução homologatória nº 1.406 de 21/12/2012 definiu os valores do diferencial a ser pago à Eletronuclear por cada distribuidora nos anos de 2013 a 2015 e estabeleceu a cobertura tarifária por meio de um componente financeiro a ser considerado nos processos tarifários. Esse custo de energia adicional foi reconhecido em 31 de dezembro de 2012.

- (d) Reclassificações do passivo atuarial do operacional para a financeira para fins de melhor apresentação com as informações dos períodos anteriores comparativos.

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes sobre os saldos divulgados em 31 de março de 2013:

Balancos patrimoniais de 31 de março de 2013.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO		31/03/13	CDE	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	31/03/13
		<u>(Divulgado)</u>				<u>(Reapresentado)</u>
<b>CIRCULANTE</b>						
Recursos CDE	(a)	103.204	21.038	-	-	124.242
Outros ativos circulantes		949.582	-	-	-	949.582
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.052.786</b>	<b>21.038</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.073.824</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Impostos e contribuições diferidos	(a) / (b) / (c)	341.429	(19.681)	5.448	35.300	362.496
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(b)	493.103	-	-	(206.730)	286.373
Outros ativos não circulantes		279.241	-	-	-	279.241
Intangível	(b)	1.781.044	-	-	47.371	1.828.415
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.894.817</b>	<b>(19.681)</b>	<b>5.448</b>	<b>(124.059)</b>	<b>2.756.525</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>3.947.603</b>	<b>1.357</b>	<b>5.448</b>	<b>(124.059)</b>	<b>3.830.349</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
		31/03/13	CDE	RH 1406/12 Energia Eletronuclear	Base de Remuneração Regulatória	31/03/13
		<u>(Divulgado)</u>				<u>(Reapresentado)</u>
<b>CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	(a) / (c)	426.781	(38.794)	2.904	-	390.891
Impostos e contribuições a recolher	(a)	98.983	1.946	-	-	100.929
Outros passivos circulantes		554.769	-	-	-	554.769
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.080.533</b>	<b>(36.848)</b>	<b>2.904</b>	<b>-</b>	<b>1.046.589</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
Fornecedores	(c)	26.460	-	13.118	-	39.578
Outros passivos não circulantes		1.301.752	-	-	-	1.301.752
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.328.212</b>	<b>-</b>	<b>13.118</b>	<b>-</b>	<b>1.341.330</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Lucro/(Prejuízo) acumulado	(a) / (b) / (c)	21.062	38.205	(10.574)	(124.059)	(75.366)
Outros PL		1.517.796	-	-	-	1.517.796
Total do patrimônio líquido		<b>1.538.858</b>	<b>38.205</b>	<b>(10.574)</b>	<b>(124.059)</b>	<b>1.442.430</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL</b>		<b>3.947.603</b>	<b>1.357</b>	<b>5.448</b>	<b>(124.059)</b>	<b>3.830.349</b>

Demonstrações do Resultado referente ao exercício findo em 31 de março de 2013.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2014**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		31/03/13					
		Publicado	CDE	RH 1406/12 Energia Eletro nuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>821.319</b>	<b>(1.946)</b>	-	-	-	<b>819.373</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO</b>	(a) / (b) / (c)	<b>(683.932)</b>	<b>59.832</b>	<b>(581)</b>	<b>1.352</b>	-	<b>(623.329)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>137.387</b>	<b>57.886</b>	<b>(581)</b>	<b>1.352</b>	-	<b>196.044</b>
Despesas com vendas	(d)	(58.328)	-	-	-	3.112	(55.216)
Despesas gerais e administrativas	(b)	(37.300)	-	-	(3.497)	-	(40.797)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>41.759</b>	<b>57.886</b>	<b>(581)</b>	<b>(2.145)</b>	<b>3.112</b>	<b>100.031</b>
Resultado financeiro		(14.973)	-	-	(498)	(3.112)	(18.583)
Receitas financeiras	(b)	28.271	-	-	(498)	-	27.773
Despesas financeiras	(d)	(43.244)	-	-	-	(3.112)	(46.356)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>26.786</b>	<b>57.886</b>	<b>(581)</b>	<b>(2.643)</b>	-	<b>81.448</b>
Imposto de renda e contribuição social		<b>(5.724)</b>	<b>(19.681)</b>	<b>198</b>	<b>899</b>	-	<b>(24.308)</b>
Corrente		(6.398)	-	-	-	-	(6.398)
Diferido	(a) / (b) / (c)	941	(19.681)	198	899	-	(17.643)
Imposto de renda - SUDENE		4.154	-	-	-	-	4.154
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL		(4.421)	-	-	-	-	(4.421)
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>21.062</b>	<b>38.205</b>	<b>(383)</b>	<b>(1.744)</b>	-	<b>57.140</b>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido referente 31 de março de 2013.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Em 31/03/13						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldo Publicado</b>	590.174	558.080	412.524	(42.981)	21.062	1.538.859
CDE	(a)	-	-	-	38.205	38.205
RH 1406/12 Energia Eletro nuclear	(c)	-	-	-	(10.574)	(10.574)
Base de Remuneração Regulatória	(b)	-	-	-	(124.059)	(124.059)
<b>Total do Patrimônio Líquido Reapresentado</b>	-	-	-	-	(75.366)	1.442.431

Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de março de 2013.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2014**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		31/03/13					
		Publicado	CDE	RH 1406/12 Energia Eletro nuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado
<b>Receitas</b>							
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	(b)	1.092.599	-	-	(3.497)	-	1.089.102
Outras							
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>							
Energia elétrica comprada para revenda	(a) / (c)	(555.599)	59.832	(581)	-	12.209	(484.139)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(20.015)	-	-	-	(12.209)	(32.224)
Outros		(138.988)	-	-	-	-	(138.988)
		(714.602)	59.832	(581)	-	-	(655.351)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>377.997</b>	<b>59.832</b>	<b>(581)</b>	<b>(3.497)</b>	<b>-</b>	<b>433.751</b>
Amortização	(b)	(39.061)			1.352	-	(37.709)
Receitas financeiras	(b)	28.271			(498)	-	27.773
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>367.207</b>	<b>59.832</b>	<b>(581)</b>	<b>(2.643)</b>	<b>-</b>	<b>423.815</b>
<b>Pessoal</b>							
Remunerações		21.799	-	-	-	(3.112)	18.687
Outros		9.725	-	-	-	-	9.725
		31.524	-	-	-	(3.112)	28.412
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>							
PIS/COFINS sobre faturamento	(a)	40.374	1.946			-	42.320
Imposto de renda e contribuição social	(a) / (b) / (c)	5.724	19.681	(198)	(899)	-	24.308
Outros		224.695			-	-	224.695
		270.793	21.627	(198)	(899)	-	291.323
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>							
Juros e variações cambiais		43.244	-	-	-	3.112	46.356
Aluguéis		584	-	-	-	-	584
		43.828	-	-	-	3.112	46.940
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>							
Lucro/(prejuízo)	(a) / (b) / (c)	21.062	38.205	(383)	(1.744)	-	57.140
		21.062	38.205	(383)	(1.744)	-	57.140
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>367.207</b>	<b>59.832</b>	<b>(581)</b>	<b>(2.643)</b>	<b>-</b>	<b>423.815</b>

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao período findo em 31 de março de 2013.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2014**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/13					Reapresentado	
	Publicado	CDE	RH 1406/12 Energia Etronuclear	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação		
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>							
<b>Lucro/prejuízo do período antes do imposto de renda e contribuição social</b>							
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(b) / (c)	26.786	57.886	(581)	(2.643)	-	81.448
Amortização	(b)	39.061	-	-	(1.352)	-	37.709
Valor residual do ativo intangível baixado	(b)	1.229	-	-	3.995	-	5.224
Outros		67.266	-	-	-	-	67.266
<b>AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>134.342</b>	<b>57.886</b>	<b>(581)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>191.647</b>
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>							
Outros ativos		(106.118)	(21.038)	-	-	-	(127.156)
Outros		72.709	-	-	-	-	72.709
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		<b>(33.409)</b>	<b>(21.038)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(54.447)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>							
Fornecedores	(a) / (c)	78.759	(38.794)	581	-	-	40.546
Impostos e contribuições a recolher	(a)	(8.347)	1.946	-	-	-	(6.401)
Outros		(19.691)	-	-	-	-	(19.691)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		<b>50.721</b>	<b>(36.848)</b>	<b>581</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.454</b>
<b>CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>151.654</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>151.654</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>							
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(63.050)	-	-	-	-	(63.050)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>							
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(69.447)	-	-	-	-	(69.447)
<b>AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>		<b>19.157</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.157</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>		<b>19.157</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.157</b>

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/03/14	31/12/13
Caixa e Depósitos bancários à vista	8.316	17.150
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	5.171	5.463
Fundos de investimento	109.890	126.655
	<u>123.377</u>	<u>149.269</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDB's e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 95% a 100,8%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

**4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS**

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	31/03/14	31/12/13
Consumidores	(a)	1.186.483	1.216.143
Terceiros		1.186.483	1.216.143
Títulos a receber	(b)	4.669	22
Terceiros		4.669	22
Comercialização de energia na CCEE	(c)	22.153	28.557
Disponibilização do sistema de distribuição		16.039	14.787
Serviços prestados a terceiros		2.628	2.403
Serviços taxados e administrativos		45.228	47.036
Subvenção	(d)	65.617	57.418
Outros créditos		59.012	27.215
Terceiros		58.859	27.066
Partes relacionadas		153	149
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(612.521)	(615.520)
<b>Total</b>		<b>789.308</b>	<b>778.061</b>
Circulante		657.215	631.689
Não circulante		132.093	146.372

**(a) Consumidores**

	Saldo vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
<b>Setor privado</b>							
Residencial	93.172	60.357	414.912	568.441	574.037	(414.912)	(419.854)
Industrial	60.195	6.475	80.833	147.503	144.411	(70.981)	(81.023)
Comercial, serviços e outras	67.774	15.408	56.331	139.513	147.509	(47.731)	(48.660)
Rural	13.128	5.830	52.359	71.317	72.088	(26.423)	(26.480)
	<u>234.269</u>	<u>88.070</u>	<u>604.435</u>	<u>926.774</u>	<u>938.045</u>	<u>(560.048)</u>	<u>(576.017)</u>
<b>Setor público</b>							
Poder público							
Federal	6.833	646	2.771	10.250	12.178	(5.024)	(1.546)
Estadual	7.575	587	784	8.946	9.132	(5.024)	(1.471)
Municipal	79.229	5.184	6.475	90.888	91.723	(8.076)	(5.400)
	<u>93.637</u>	<u>6.417</u>	<u>10.030</u>	<u>110.084</u>	<u>113.033</u>	<u>(18.123)</u>	<u>(8.417)</u>
Iluminação pública	11.289	2.961	7.975	22.225	21.715	(6.704)	(7.182)
Serviço público	20.467	897	6.874	28.238	28.557	(5.504)	(5.222)
Fornecimento não faturado	99.162	-	-	99.162	114.793	-	-
	<u>458.824</u>	<u>98.345</u>	<u>629.314</u>	<u>1.186.483</u>	<u>1.216.143</u>	<u>(590.379)</u>	<u>(596.838)</u>
<b>Total</b>				<u>1.065.684</u>	<u>1.077.398</u>	<u>(578.939)</u>	<u>(585.641)</u>
Circulante				120.799	138.745	(11.440)	(11.197)
Não circulante							

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

**(b) Títulos a receber**

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, dentre outros.

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
 EM 31 DE MARÇO DE 2014  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldos vincendos	Total	
		31/03/14	31/12/13
Setor público	-	-	22
Setor privado	4.669	4.669	-
Total	<u>4.669</u>	<u>4.669</u>	<u>22</u>
Circulante		789	22
Não circulante		3.880	-

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

O saldo a receber em 31 de março de 2014 é de R\$ 22.153 (R\$ 28.557 em 2013).

(d) Subvenções

Baixa Renda – Tarifa Social

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de março de 2014 é R\$ 31.980, (R\$ 32.190 em 31 de dezembro de 2013), relativo às subvenções dos meses de fevereiro (R\$ 15.667) e março (R\$ 16.313) de 2014.

CDE

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

Em 24 de Janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária.

O saldo a receber em 31 de março de 2014 é R\$ 33.637, (R\$ 25.228 em 31 de dezembro 2013), relativo às subvenções dos meses de dezembro de 2013 (R\$ 8.409) e de janeiro a março de 2014 (R\$ 25.228).

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

**(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada pela administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Comercialização de energia na CCEE	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	(557.396)	(2.052)	(18.682)	(578.130)
Adições	(48.671)	-	-	(48.671)
Reversões	9.229	2.052	-	11.281
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(596.838)</u>	<u>-</u>	<u>(18.682)</u>	<u>(615.520)</u>
Adições	(4.172)	-	(3.460)	(7.632)
Reversões	10.631	-	-	10.631
Saldo em 31 de março de 2014	<u>(590.379)</u>	<u>-</u>	<u>(22.142)</u>	<u>(612.521)</u>

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo e Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/03/14	31/12/13
Banco do Brasil		Fundo BB Polo	(*)	CDI	173	1.061
Bradesco	(a)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	4	4
Bradesco	(a)	LFT	mar-13	CDI	526	517
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	106	103
Caixa Econômica Federal		Fundo de Investimento	(*)	Variável	-	-
Banco Itaú	(a)	CDB	jul-13	CDI	60	72
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	-	-
Votorantim	(a)	CDB	dez-13	CDI	22	21
Bradesco	(a)	LFT	diversos	CDI	-	765
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	-	5.871
Banco do Brasil - LP		Fundo BB Polo	(*)	CDI	1.532	-
<b>Total</b>					<b>2.423</b>	<b>8.414</b>
Circulante					361	2.023
Não circulante					2.062	6.391

(a) Constituem garantia para leilão de energia.

(\*) Aplicações com liquidez imediata sem vencimento pré-determinado.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na Cetip e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 01 de janeiro de 2013	9.564
Aplicações	204.314
Resgates	(205.779)
Remuneração	315
Saldo em 31 de dezembro de 2013	8.414
Aplicações	91.252
Resgates	(97.294)
Remuneração	51
Saldo em 31 de março de 2014	2.423

**6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR**

	Ref.	31/03/14	31/12/13
<b>Circulante</b>			
Imposto de renda - IR	(a)	20.596	30.712
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	18.670	19.082
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	23.920	23.600
Programa de integração social - PIS	(c)	5.143	3.515
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	23.781	16.275
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		4.823	5.015
Imposto sobre serviços - ISS		313	467
		97.246	98.666
<b>Não circulante</b>			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	21.617	19.152
<b>Total</b>		<b>118.863</b>	<b>117.818</b>

(a) O ativo de Imposto de renda (IR) e a Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais,

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
 EM 31 DE MARÇO DE 2014  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados a prestação de serviços da Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(c) O PIS e a COFINS a recuperar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, das retenções de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade, conforme disposto no Parecer SRFB Cosit nº 27/2008.

**7. SERVIÇOS EM CURSO**

	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Serviço próprio	2.200	1.991
Serviços prestados a terceiros	9.134	7.880
Transf. fabric. reparo de materias	<u>1.620</u>	<u>1.540</u>
Total	<u><u>12.954</u></u>	<u><u>11.411</u></u>

As Ordens de Serviço em Curso representa um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

Os valores recebidos a título de adiantamento para execução desses serviços técnicos estão contabilizados a crédito da conta de Adiantamentos Recebidos (vide nota explicativa 22 – Outros Passivos).

**8. OUTROS ATIVOS**

	Ref.	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Adiantamentos a empregados		3.536	755
Adiantamentos a fornecedores		65	8
Serviços prestados a terceiros		2.304	2.759
Alienações em curso		2.053	1.120
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	6.080	5.145
Cobrança extra judicial	(b)	5.590	5.590
Uso mútuo de postes		483	489
Títulos de crédito a receber		1.638	1.638
Recursos CCEE	(c)	119.173	-
Reserva de energia CONER	(d)	6.019	-
Outros créditos a receber		<u>690</u>	<u>679</u>
Total		<u><u>147.631</u></u>	<u><u>18.183</u></u>
Circulante		145.473	16.025
Não circulante		2.158	2.158

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Valores de débitos incluídos indevidamente pela Receita Federal do Brasil – RFB que já reconheceu o direito da Companhia, porém realizou a compensação de ofício de débitos pendentes de forma indevida. Foi apresentada inconformidade com a compensação de tais débitos e será realizada nova análise pela RFB. Após novo despacho o crédito poderá ser compensado.

(b) Cobrança extrajudicial referente ao ICMS das aquisições de óleo diesel, destinadas à produção de energia elétrica em Fernando de Noronha-PE, onde a saída de energia elétrica é amparada pela isenção e com isto estes valores de ICMS passam a integrar o custo da geração.

(c) Refere-se principalmente aos ativos financeiros registrados em decorrência do Decreto 8.221/14 (Conta-ACR), conforme detalhado na nota explicativa nº4. O montante contabilizado a receber pela Companhia através da Conta-ACR relativo ao período de fevereiro/14 é de R\$ 50.728, recebido em 28 de abril de 2014 conforme despacho ANEEL Nº 1.256, e relativo ao período de março/14 é de R\$ 55.721.

(d) Refere-se à restituição, aos Usuários de Energia de Reserva, dos montantes financeiros excedentes da CONER, conforme Resolução Normativa ANEEL 606/14. O montante contabilizado a receber pela Companhia é de R\$ 6.019.

### 9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos impostos e contribuições diferidos é a seguinte:

	<u>Ref.</u>	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Imposto de renda e contribuição social	(I)	159.625	148.355
Diferido ativo		159.625	148.355
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(II)	171.964	176.209
Total		<u>331.589</u>	<u>324.564</u>

#### (I) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social está constituída a alíquota de 9%.

No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2014**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativo			
	31/03/14		31/12/13	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	62.147	15.537	41.820	10.454
Diferenças temporárias	<u>413.646</u>	<u>103.411</u>	<u>399.782</u>	<u>99.945</u>
	475.793	118.947	441.602	110.399
Contribuição Social				
Prejuízos fiscais	62.147	5.592	41.820	3.763
Diferenças temporárias	<u>389.843</u>	<u>35.086</u>	<u>379.928</u>	<u>34.193</u>
	451.990	<u>40.678</u>	421.748	<u>37.956</u>
Total		<u><u>159.625</u></u>		<u><u>148.355</u></u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	31/03/14		31/12/13	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	88.071	88.071	84.859	84.859
Provisão para passivo atuarial	273.533	273.533	270.955	270.955
Provisão para demissão voluntária	601	601	79	79
Provisão jurídicas	69.374	69.374	68.317	68.317
Provisão PLR	9.662	9.662	8.324	8.324
Prejuízo fiscal	62.147	62.147	41.820	41.820
Incentivo fiscal Sudene	23.803	-	19.854	-
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	21.933	21.933	16.050	16.050
Ajustes RTT				
Ativos e passivos regulatórios	130.333	130.333	93.503	93.503
Encerramento de ordem de serviço	2.592	2.592	2.592	2.592
Outros ajustes de RTT	5.567	5.567	-	-
Outros	6.420	6.420	9.403	9.403
Total Ativo	<u>694.036</u>	<u>670.233</u>	<u>615.755</u>	<u>595.901</u>
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Valor justo de derivativos financeiros	(717)	(717)	-	-
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(20.977)	(20.977)	(14.666)	(14.666)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(65.929)	(65.929)	(65.642)	(65.642)
Ativos e passivos regulatórios	(130.333)	(130.333)	(93.504)	(93.504)
Custo de captação	(287)	(287)	(342)	(342)
Total Passivo	<u>(218.243)</u>	<u>(218.243)</u>	<u>(174.153)</u>	<u>(174.153)</u>
Total Líquido	<u><b>475.793</b></u>	<u><b>451.990</b></u>	<u><b>441.602</b></u>	<u><b>421.748</b></u>

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme Instrução CVM nº 371/2002. A expectativa de realização de créditos fiscais ativos está demonstrada a seguir:

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/14
	Ativo
2014	55.750
2015	25.259
2016	33.623
2017	31.700
2018	13.293
<b>Total</b>	<b>159.625</b>

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março de 2014 e 2013.

Ref.	31/03/14		31/03/13	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(22.268)	(22.268)	81.448	81.448
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.245)	(4.245)	(4.421)	(4.421)
Ajustes decorrentes do RTT	18.387	18.387	127.994	127.994
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	(8.126)	(8.126)	205.021	205.021
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(2.032)	(731)	51.255	18.452
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	6	2	7	3
Multas indedutíveis	(2)	(1)	0	0
Depreciação veículos executivos	7	3	10	4
Excesso despesas previdenciárias	1.206	434	841	303
Outras adições	3	1	3	1
	<u>1.220</u>	<u>439</u>	<u>861</u>	<u>310</u>
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(2.060)	(742)	(2.145)	(772)
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	(4.154)	-
Outras exclusões	-	-	(6)	-
	<u>(2.060)</u>	<u>(742)</u>	<u>(6.305)</u>	<u>(772)</u>
Imposto de renda e contribuição social no período	<u>(2.872)</u>	<u>(1.034)</u>	<u>45.810</u>	<u>17.990</u>
Diferido de diferença temporária de RTT	(5.583)	(1.655)	(32.288)	(11.624)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(8.455)</u>	<u>(2.689)</u>	<u>13.522</u>	<u>6.365</u>
Corrente	-	-	549	1.695
Recolhidos e Pagos	-	-	549	542
Á pagar	-	-	-	1.153
Diferido	<u>(8.455)</u>	<u>(2.689)</u>	<u>12.973</u>	<u>4.670</u>
	<u>(8.455)</u>	<u>(2.689)</u>	<u>13.522</u>	<u>6.365</u>

**(a) Regime Tributário de Transição - RTT**

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC’s: 00 Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

### Medida Provisória (MP) nº 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a não adoção antecipada pode resultar em ajustes, especialmente relacionados com juros sobre capital próprio e dividendos pagos excedentes ao Lucro tributável. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (II) Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n.ºs 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

### 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Trabalhistas	15.850	15.076
Cíveis	21.149	20.574
Fiscais:	<u>12.479</u>	<u>12.203</u>
PIS / COFINS	1.102	1.080
Impostos municipais	3.818	3.582
INSS	1.164	1.147
IOF	6.265	6.265
Outros	<u>130</u>	<u>129</u>
Total	<u><u>49.478</u></u>	<u><u>47.853</u></u>

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

### 11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica n.º 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 13).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Lei nº 12.783/13, dentre outras deliberações, determinou que a indenização a ser paga pelo poder concedente pela reversão dos bens atrelados ao serviço público de distribuição de energia será baseada no VNR não amortizado até o término da concessão, adotando-se o banco de preços homologados pela ANEEL.

A movimentação dos saldos referentes à concessão de serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Ref.</u>	
Saldos em 01 de janeiro de 2013		257.900
Baixas		(2.394)
Transferências		86.183
Atualização monetária / valor justo		<u>14.860</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013		<u>356.549</u>
Baixas		(974)
Transferências	(a)	15.224
Atualização monetária / valor justo		<u>6.311</u>
Saldo em 31 de março de 2014		<u><u>377.111</u></u>

(a) Transferência do Intangível em curso em decorrência do processo de novos ativos incorporados no período.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em março de 2030. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

**12. INTANGÍVEL**

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/03/14				31/12/13	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
<b><u>Em serviço</u></b>						
Direito de uso da concessão	4,70	3.401.940	(1.556.509)	(175.473)	1.669.958	1.686.805
<b><u>Em curso</u></b>						
Direito de uso da concessão		358.647	-	(37.686)	320.961	263.272
Total		<u>3.760.587</u>	<u>(1.556.509)</u>	<u>(213.159)</u>	<u>1.990.919</u>	<u>1.950.077</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2014**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref.	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 01 de janeiro de 2013	3.238.075	(1.377.622)	(180.925)	1.679.528	161.553	(6.371)	155.182	1.834.710
Adições	-	-	-	-	380.606	(25.208)	355.398	355.398
Baixas	(28.196)	19.037	-	(9.159)	(693)	-	(693)	(9.852)
Amortizações	-	(161.888)	9.440	(152.448)	-	-	-	(152.448)
Transferências - Intangíveis	170.455	-	(5.751)	164.704	(170.455)	5.751	(164.704)	-
Transferências - Ativos financeiros	(4.970)	-	-	(4.970)	(84.304)	3.091	(81.213)	(86.183)
Transferências - Outros	7.905	1.245	-	9.150	8.008	(8.706)	(698)	8.452
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.383.269	(1.519.228)	(177.236)	1.686.805	294.715	(31.443)	263.272	1.950.077
Adições	-	-	-	-	99.361	(5.976)	93.385	93.385
Baixas	(11.111)	5.498	-	(5.613)	-	-	-	(5.613)
Amortizações	-	(42.779)	2.472	(40.307)	-	-	-	(40.307)
Transferências - Intangíveis	27.904	-	(709)	27.195	(27.904)	709	(27.195)	-
Transferências - Ativos financeiros (a)	54	-	-	54	(15.668)	390	(15.278)	(15.224)
Transferências - Outros (b)	1.824	-	-	1.824	8.143	(1.366)	6.777	8.601
Saldo em 31 de março de 2014	3.401.940	(1.556.509)	(175.473)	1.669.958	358.647	(37.686)	320.961	1.990.919

(a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período e transferência entre ativo intangível em serviço/financeiro de bens em decorrência de retificação de atributos técnicos.

(b) Referem-se às transferências de material técnico, mão de obra e capitalização de encargos.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como concessão de serviço público (ativo financeiro) (vide nota explicativa nº 12).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
 EM 31 DE MARÇO DE 2014  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

### 13. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Fornecedores	31/03/14	31/12/13
Energia elétrica:	382.333	255.820
Terceiros	302.187	173.582
Partes relacionadas	80.146	82.238
Encargos de uso da rede	17.135	29.329
Terceiros	16.663	29.267
Partes relacionadas	472	62
Materiais e serviços	84.823	70.458
Terceiros	84.809	70.004
Partes relacionadas	14	454
Energia livre	35.394	28.186
Total	<u>519.685</u>	<u>383.793</u>
Circulante	484.291	349.048
Não circulante	35.394	34.745

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos			Principal			Total		
		Circulante	Circulante	Não circulante	31/03/14	31/12/13	01/01/13			
<b>Moeda nacional</b>										
Banco do Nordeste	10% a.a	-	-	-	-	-	-	-	-	10.979
BNB	10% a.a	-	-	-	-	-	-	-	-	1.407
BNB 6	10% a.a	64	26.884	33.605	60.553	67.282	94.195			
(-) Custos de transação		-	(60)	(28)	(88)	(109)	(210)			
		64	26.824	33.577	60.465	67.173	93.985			
BNDES FINEM	TJLP + 4,3% aa / TJLP + 2,12% aa / TJLP + 3,12% aa / 4,5% aa / TJLP + 1,82% aa / TJLP + 2,82% aa / 5,5% aa	772	80.131	211.409	292.312	312.456	330.535			
(-) Custos de transação		-	(1)	-	(1)	(2)	(4)			
		772	80.130	211.409	292.311	312.454	330.531			
Eletróbrás	5% a.a	-	9.319	19.807	29.126	31.456	41.098			
(-) Custos de transação		-	(16)	(19)	(35)	(40)	(54)			
		-	9.303	19.788	29.091	31.416	41.044			
FINEP	TJLP + 2% a.a / 5% a.a / 4,5% aa	57	6.644	19.379	26.080	27.744	34.403			
(-) Custos de transação		-	(59)	(68)	(127)	(143)	(220)			
		57	6.585	19.311	25.953	27.601	34.183			
Banco do Brasil	108% CDI	3.760	-	145.000	148.760	145.000	208.352			
Operações com swap		-	-	-	-	-	(21.398)			
		3.760	-	145.000	148.760	145.000	186.954			
Banco do Brasil	108% CDI	1.945	-	75.000	76.945	75.000	89.757			
(-) Custos de transação		-	-	-	-	-	(627)			
		1.945	-	75.000	76.945	75.000	89.130			
FINEP	4,00% a.a	34	4.610	17.287	21.931	15.863	9.259			
(-) Custos de transação		-	(68)	(113)	(181)	(125)	(92)			
		34	4.542	17.174	21.750	15.738	9.167			
BNDES FINEM / FINAME 8	TJLP + 1,70% aa / TJLP +	514	-	165.531	166.045	153.705	-			
CEF / LPT 4	6% a.a.	51	-	8.123	8.174	-	-			
Outros	2,6% a.a	-	3	1	4	12	17			
<b>Total moeda nacional</b>		<b>7.197</b>	<b>127.387</b>	<b>694.914</b>	<b>829.498</b>	<b>828.099</b>	<b>797.397</b>			
<b>Moeda estrangeira</b>										
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	2% a.a / 4,5% a.a	47	1.570	3.417	5.034	5.161	5.788			
Operações com swap		-	(874)	(314)	(1.188)	(1.243)	(781)			
		47	696	3.103	3.846	3.918	5.007			
CITI 4131	Libor + 0,97% a.a.	32	-	37.277	37.309	38.188	-			
Operações com Swap		-	240	1.039	1.279	328	-			
Subtotal - CITI 4131		32	240	38.316	38.588	38.516	-			
<b>Total moeda estrangeira</b>		<b>79</b>	<b>936</b>	<b>41.419</b>	<b>42.434</b>	<b>42.434</b>	<b>5.007</b>			
(-) Garantias depósitos vinculados		-	-	(21.643)	(21.643)	(21.161)	(41.486)			
<b>Total</b>		<b>7.276</b>	<b>128.323</b>	<b>714.690</b>	<b>850.289</b>	<b>849.372</b>	<b>760.918</b>			

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### (a) Captações de recursos

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu, em março de 2014, o volume de R\$ 12.241 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2013 e 2014, proveniente do contrato nº 13.2.0294.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP: a Companhia recebeu R\$ 6.855 da FINEP, em março de 2013, para financiar o seu Projeto de Inovação, proveniente do contrato de financiamento assinado em novembro de 2011. O contrato tem vencimento em dezembro de 2018, será amortizado em 61 parcelas mensais a partir de dezembro de 2013, com custo de 4% a.a. e juros pagos mensalmente.

Caixa Econômica Federal – a companhia recebeu o valor de 8.123 mil, referente ao financiamento do Programa Luz para Todos, em parceria com a Eletrobrás. O financiamento tem prazo de 12 anos, com carência de 2 anos e custo de 6% a.a.

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

### (b) Condições restritivas financeiras (covenants):

Os contratos do BNDES e do Citibank preveem a manutenção de índices financeiros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

Citibank 4131: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

BNDES Finem 7: Patrimônio líquido / Exigível total  $\geq 45\%$ , Ebitda / Receita operacional líquida  $\geq 20\%$ , Ebitda / Serviço da Dívida  $\geq 1,2$ , Ativo Circulante / Passivo Circulante  $\geq 0,4$ .

BNDES Finem 8: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Os índices financeiros são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2014**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/14			31/12/13		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2015	140.519	(105)	140.414	169.110	(127)	168.983
2016	159.224	(80)	159.144	154.859	(65)	154.794
2017	133.982	(35)	133.947	129.759	(26)	129.733
2018	128.440	(8)	128.432	125.568	(5)	125.563
2019	58.280	-	58.280	55.859	-	55.859
Após 2019	116.116	-	116.116	106.495	-	106.495
Total obrigações	<u>736.561</u>	<u>(228)</u>	<u>736.333</u>	<u>741.650</u>	<u>(223)</u>	<u>741.427</u>
(-) Garantias depósitos vinculados			(21.643)			(21.161)
Total			<u>714.690</u>			<u>720.266</u>

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2013	172.266	583.645	1.235	3.772	760.918
Ingressos	8.555	195.337	-	39.100	242.992
Encargos	67.047	-	257	-	67.304
Variação monetária e cambial	-	-	271	1.433	1.704
Swap	12.035	(2.442)	158	(1.148)	8.603
Efeito cumulativo marcação a mercado	117	(74)	-	(865)	(822)
Transferências	110.303	(110.303)	1.544	(1.544)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(250.658)	-	(1.779)	-	(252.437)
(-) Mov. depósitos em garantia	7.119	13.206	-	-	20.325
(-) Custos de transação	636	149	-	-	785
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>127.420</u>	<u>679.518</u>	<u>1.686</u>	<u>40.748</u>	<u>849.372</u>
Ingressos	1.443	25.776	-	-	27.219
Encargos	15.399	-	169	-	15.568
Variação monetária e cambial	-	-	(58)	(1.461)	(1.519)
Swap	-	-	(493)	1.856	1.363
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	-	111	111
Transferências	31.536	(31.536)	(165)	165	-
Amortizações e pagamentos de juros	(41.192)	-	(124)	-	(41.316)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(482)	-	-	(482)
(-) Custos de transação	(22)	(5)	-	-	(27)
Saldo em 31 de março de 2014	<u>134.584</u>	<u>673.271</u>	<u>1.015</u>	<u>41.419</u>	<u>850.289</u>

**15. DEBÊNTURES**

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	31/03/14		31/12/13
						Encargos	Principal	Total
						Circulante	Circulante	Total
4ª Emissão	Única	36.000	111,3% do CDI	13,9% a.a.		16.963	360.000	376.963
(-) Custos de transação						-	(625)	(625)
						16.963	359.375	376.338
Total						<u>16.963</u>	<u>359.375</u>	<u>376.338</u>

(\*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(a) Condições restritivas financeiras (covenants):**

A escritura da 4ª emissão de debêntures prevê a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Os índices financeiros são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia.

Em 31 de março de 2014, uma cláusula restritiva da Companhia não foi atendida. A Companhia convocou Assembleia Geral de Debenturistas a ser realizada em 15 de maio de 2014 a fim de deliberar sobre a alteração do limite da relação Dívida líquida/EBITDA apurado com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia.

A Companhia tem a expectativa de obtenção dos consentimentos, mas como esse fato ocorrerá em data posterior a 31 de março de 2014, foi transferido para o Passivo Circulante o montante de R\$ 359.688, em decorrência da cláusula restritiva não atendida.

**(b) Garantias**

Para a 4ª Emissão de debêntures foi dada garantia de aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	31/03/14			31/12/13		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2015			-	144.000	(247)	143.753
2016			-	144.000	(124)	143.876
2017			-	72.000	(18)	71.982
Total	-	-	-	360.000	(389)	359.611

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda nacional		
	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2013	103.750	359.299	463.049
Encargos	34.168	-	34.168
Amortizações e pagamentos de juros	(131.245)	-	(131.245)
(-) Custos de transação	165	312	477
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.838	359.611	366.449
Encargos	9.814	-	9.814
Transferências	359.688	(359.688)	-
(-) Custos de transação	(2)	77	75
Saldo em 31 de março de 2014	376.338	-	376.338

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**16. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR**

	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Salários	5.175	5.943
Provisões férias e 13º salário	8.073	6.961
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	3.957	3.983
Provisão PLR	9.662	8.324
Outros	<u>1.008</u>	<u>918</u>
Total	<u><u>27.875</u></u>	<u><u>26.129</u></u>

- (a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área. O montante estimado dessa participação para o trimestre findo em 31 de março de 2014 é de R\$ 9.662 (R\$ 8.324 em 31 de dezembro de 2013).

**17. TAXAS REGULAMENTARES**

	<u>Ref.</u>	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Conta de Consumo de Combustível – CCC		3.803	3.803
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		629	629
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.031	1.198
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		515	599
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	16.302	17.082
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	20.931	18.939
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		<u>375</u>	<u>375</u>
Total		<u><u>43.586</u></u>	<u><u>42.625</u></u>
Circulante		18.425	18.625
Não circulante		25.161	24.000

- (a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008, 316/2008 e 504/2012 e 553/2013.

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda - IR	259	315
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	76.803	75.267
Programa de integração social - PIS	4.590	3.500
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	21.141	16.121
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.372	2.243
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	740	783
Imposto sobre serviços - ISS	706	1.739
Outros	5.969	6.315
<b>Total</b>	<u>111.580</u>	<u>106.283</u>

**19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 31 de março de 2014, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	165
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Prescritos	(10)
Saldo em 31 de março de 2014	<u>155</u>

**20. PROVISÕES**

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 10.248 classificadas no passivo circulante (R\$ 10.090 em 31 de dezembro de 2013) e R\$ 59.126 no não circulante (R\$ 58.227 em 31 de dezembro de 2013) são compostas como segue:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	24.154	43.111	1.052	68.317
Constituição	4.860	4.200	-	9.060
Baixas/reversão	(3.849)	(6.533)	-	(10.382)
Atualização	388	1.991	-	2.379
Saldo em 31 de março de 2014	<u>25.553</u>	<u>42.769</u>	<u>1.052</u>	<u>69.374</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

**Trabalhistas**

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
 EM 31 DE MARÇO DE 2014  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências Trabalhistas	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				31/03/14	31/12/13
Ex-empregados da Companhia	3.275	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.275	3.287
	16.276	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	2.616	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	21.777	1ª, 2ª e 3ª	Provável	21.777	20.329
	115.152	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	4.979	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	501	1ª, 2ª e 3ª	Provável	501	538
	172	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total	<u>164.748</u>			<u>25.553</u>	<u>24.154</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e/ou danos morais.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências Cíveis	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		31/03/14	31/12/13
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(a)	6.378	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.378	6.098
		2.917	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.433	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(b)	3.898	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.898	3.705
		26.972	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		625	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	5.392	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.392	6.689
		79.234	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.933	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(d)	7.423	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.423	7.230
		55.097	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.524	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		7.366	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.366	7.232
		33.803	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.795	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		20	1ª, 2ª e 3ª	Provável	20	19
		6.227	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		90	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		42	1ª, 2ª e 3ª	Provável	42	1
		4.591	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.881	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		3.261	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.261	3.127
		4.906	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		244	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		921	1ª, 2ª e 3ª	Provável	921	880
		9	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Racionamento de Energia Elétrica		19	1ª, 2ª e 3ª	Provável	19	17
		2.691	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(e)	8.049	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.049	8.113
		53.200	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.631	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
<b>Total</b>		<b>336.576</b>			<b>42.769</b>	<b>43.111</b>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

(a) Clientes - Tarifas plano cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(b) Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Acidente de terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(d) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida.

(e) Outras - Referem-se a litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

**Fiscais**

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingências Fiscais	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		31/03/14	31/12/13
ICMS	(a)	130.780	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	(b)	1.207	1ª, 2ª e 3ª	Provável	383	383
		15.083	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.209	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		3.243	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CSLL	(d)	2.316	1ª, 2ª e 3ª	Provável	179	179
		32.047	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU		2.414	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		289	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS		21.708	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(c)	18.744	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.589	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(d)	6.976	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490
		696.205	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas		5.548	Administrativa	Possível	-	-
		149	Administrativa	Remota	-	-
Outras	(e)	6.423	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		27	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
<b>Total</b>		<b>948.957</b>			<b>1.052</b>	<b>1.052</b>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

**(a) ICMS**

(a.1) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

(a.2) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010, decorrente da suposta utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de fornecedores Micro Empresa e créditos em duplicidade. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente foi objeto de impugnação administrativa.

(a.3) Auto de infração lavrado contra a Companhia, referente à dedução a maior do ICMS em virtude de divergência na modalidade de incentivo cultural utilizada pela CELPE em alguns projetos de 1999.

(a.4) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 12/2010, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de Compras com Entrega Futura e Micro Empresa. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(a.5) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 06/2010, decorrente de ICMS do diferencial de alíquotas incidente sobre aquisições fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(a.6) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 06/2010, decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(b) ISS – Refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros.

(c) COFINS – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(d) IRPJ / CSLL

(d.1) Provável - Autos de infração nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(d.2) Possível – Autos de infração lavrados em 2007 e 2010, referente aos anos-calendários 2001 a 2008 e nos quais a Receita Federal do Brasil não reconheceu a dedutibilidade das despesas com a amortização do ágio gerado na privatização. Os autos encontram-se aguardando julgamento do Recurso Especial na Câmara Superior de Recursos Fiscais.

(e) Outras – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Receita Federal do Brasil – RFB envolvendo diversos tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas e fiscais.

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
 EM 31 DE MARÇO DE 2014  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**21. OUTROS PASSIVOS**

	Ref	31/03/14	31/12/13
Consumidores	(a)	14.062	13.359
Empregados - adiantamento acordo coletivo		34	20
Convênios		7.871	7.731
Caução em garantia	(b)	41.444	36.803
FGTS Conta empresa		129	129
Taxa Iluminação Pública - TIP	(c)	1.077	1.881
Adiantamentos recebidos	(d)	14.797	13.481
Cooperativas - Aquisição de ativos	(e)	46.655	46.655
Fatura cartão de crédito		21.755	-
Outras		5.182	6.021
Total		<u>153.006</u>	<u>126.080</u>
Circulante		125.009	101.056
Não circulante		27.997	25.024

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (c) Taxa de iluminação pública – TIP – Corresponde a valores arrecadados a serem repassados às Prefeituras.
- (d) Adiantamentos recebidos – referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão em contrapartida de serviços prestados a terceiros (vide nota explicativa 8 – Serviços em Curso).
- (e) Aquisição dos ativos de baixa tensão de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da Celpe, conforme acordo celebrado entre a CELPE e as Cooperativas em 06/09/2012. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi à definida pela ANEEL através da resolução 338/2008, alterada pela resolução 457/2011.

**22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2014 é de R\$ 700.000 e o integralizado é de R\$ 590.174.

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2014**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações mil						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	66.023	99,6	464	6,1	400	53,9	66.887	89,6
Outros	280	0,4	7.103	93,9	342	46,1	7.725	10,4
<b>Total</b>	<b>66.303</b>	<b>100,0</b>	<b>7.567</b>	<b>100,0</b>	<b>742</b>	<b>100,0</b>	<b>74.612</b>	<b>100,0</b>

Acionistas	R\$ mil						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	522.229	99,6	3.672	6,1	3.167	53,9	529.069	89,6
Outros	2.216	0,4	56.184	93,9	2.706	46,1	61.105	10,4
<b>Total</b>	<b>524.445</b>	<b>100,0</b>	<b>59.856</b>	<b>100,0</b>	<b>5.873</b>	<b>100,0</b>	<b>590.174</b>	<b>100,0</b>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de capital

## a) Reserva especial de ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. (vide nota explicativa nº 10).

## b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 73.004, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de lucros

## a) Reserva de incentivo fiscal

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
 EM 31 DE MARÇO DE 2014  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº 0157/2011, com validade até 2019, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia, no trimestre findo em 31 de março de 2014, não apurou incentivo SUDENE), calculado com base no Lucro da Exploração, em virtude de não ter apurado imposto renda calculado sobre o Lucro Real. Em 31 de março de 2013, o valor apurado foi de R\$ 4.154.

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

Outros resultados abrangentes

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, que englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

## 23. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	Ref.	31/03/14	31/03/13
Fornecimento de energia	(a)	473.648	456.502
Receita de distribuição		464.719	445.139
Remuneração financeira wacc		8.929	11.363
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	(1.563)	8.703
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	562.345	562.702
Receita de distribuição		551.744	548.696
Remuneração financeira wacc		10.601	14.006
Receita de construção da infraestrutura da concessão		91.930	62.500
Outras receitas	(d)	53.560	31.708
Total receita bruta		1.179.920	1.122.115
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(319.868)	(302.742)
Total receita operacional líquida		860.052	819.373

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2014**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(a) Fornecimento de Energia**

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

Ref.	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	31/03/14	31/03/13	31/03/14	31/03/13	31/03/14	31/03/13
Consumidores:						
Residencial	2.947.777	2.866.096	1.220.672	1.138.219	419.166	416.586
Industrial	11.919	12.390	380.495	335.059	124.354	112.511
Comercial	204.633	200.969	596.366	582.679	233.410	235.952
Rural	156.424	155.831	161.028	171.403	32.550	34.404
Poder público	23.015	22.251	166.345	159.939	59.613	61.486
Iluminação pública	5.278	5.258	115.391	101.846	26.799	23.607
Serviço público	3.214	3.051	160.808	153.669	34.679	34.268
Consumo próprio	262	253	2.944	3.053	-	-
Suprimento	18	25	-	-	94	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(4.075)	(7.755)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo (1)	-	-	-	-	(526.616)	(517.126)
	<u>3.352.540</u>	<u>3.266.124</u>	<u>2.804.049</u>	<u>2.645.867</u>	<u>399.974</u>	<u>393.933</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	73.674	62.569
Total	<u>3.352.540</u>	<u>3.266.124</u>	<u>2.804.049</u>	<u>2.645.867</u>	<u>473.648</u>	<u>456.502</u>

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(\*) Informações não revisadas.

**(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE**

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

**(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica**

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Ref.	31/03/14	31/03/13
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	35.729	45.576
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo (1)	<u>526.616</u>	<u>517.126</u>
	<u>562.345</u>	<u>562.702</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
 EM 31 DE MARÇO DE 2014  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Outras receitas**

	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
Renda da prestação de serviços	983	1.013
Arrendamentos e aluguéis	5.178	5.010
Serviço taxado	1.393	1.023
Taxa de iluminação pública	1.919	1.888
Administração de faturas de fraudes	309	214
Comissão serviços de terceiros	129	92
Multa infração consumidor	1.481	1.037
Ressarcimento Energia	41.309	21.322
Outras receitas	859	109
	<u>53.560</u>	<u>31.708</u>

(1) Ressarcimento de energia ocorre para distribuidora quando da indisponibilidade e/ou geração de energia das usinas térmicas inferior ao Despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema), para fazer face aos custos adicionais do despacho de usinas mais caras.

**(e) Deduções da receita bruta**

	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
<b>IMPOSTOS:</b>		
ICMS	(206.326)	(199.202)
PIS	(18.479)	(15.330)
COFINS	(85.101)	(70.669)
ISS	(400)	(431)
<b>ENCARGOS SETORIAIS:</b>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	(2.831)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(1.887)	(1.887)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	(5.188)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(3.837)	(3.434)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(1.535)	(1.508)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(768)	(754)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.535)	(1.508)
Total	<u>(319.868)</u>	<u>(302.742)</u>

**24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

**Notas Explicativas**

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2014**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custo / Despesas	31/03/14			Total
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	
Pessoal	(24.610)	(8.157)	(11.850)	(44.617)
Administradores	-	-	(620)	(620)
Entidade de previdência privada	(989)	(266)	(3.295)	(4.550)
Material	(2.362)	(81)	(245)	(2.688)
Combustível para produção de energia	(5.888)	-	-	(5.888)
Serviços de terceiros	(42.236)	(17.218)	(14.914)	(74.368)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(1.126)	-	-	(1.126)
Energia elétrica comprada para revenda	(544.355)	-	-	(544.355)
Encargos de uso de rede	(23.299)	-	-	(23.299)
Amortização	(30.513)	(5.942)	(3.112)	(39.567)
Arrendamentos e alugueis	(101)	(378)	(300)	(779)
Tributos	(688)	(141)	(643)	(1.472)
Provisões líquidas - PCLD	-	2.999	-	2.999
Perdas conta a receber/consumidores	-	(20.597)	-	(20.597)
Provisões líquidas - contingências	-	-	1.023	1.023
Provisões atuariais	-	-	150	150
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(91.930)	-	-	(91.930)
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento /desativação	-	-	(27)	(27)
Outros	(601)	(770)	(9.167)	(10.538)
<b>Total custos / despesas</b>	<b>(768.698)</b>	<b>(50.551)</b>	<b>(43.000)</b>	<b>(862.249)</b>

**25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

Receita Financeira	31/03/14	31/03/13
Renda de aplicações financeiras	3.018	3.389
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	11.738	12.060
Variação monetária	9.693	8.710
Variação cambial	3.012	231
Operações swap	3.005	2.446
Receita Financeira da Concessão	6.311	479
Outras receitas financeiras	977	458
<b>Total</b>	<b>37.754</b>	<b>27.773</b>

Despesa Financeira	31/03/14	31/03/13
Encargos de dívida	(27.411)	(24.088)
Variação monetária	(10.161)	(8.783)
Variação cambial	(1.493)	(11)
Operações swap	(5.214)	(280)
Multas regulatórias	(6.942)	(8.452)
Perda acréscimos moratórios	(248)	(424)
Previdência Privada	(2.831)	(3.112)
Outras despesas financeiras	(3.525)	(1.206)
<b>Total</b>	<b>(57.825)</b>	<b>(46.356)</b>

**26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

## Notas Explicativas

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2014**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/14			31/03/14			31/03/13			31/12/13					
	Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo	
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante		Não circulante	Total	Circulante	Não circulante		Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Controladas</b>															
NEOENERGIA S.A.	(276)	-	-	-	52	186	238	(161)	-	-	-	-	-	345	345
NEOENERGIA INVESTIMENTOS S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
COELBA	(1.286)	153	-	153	409	2.317	2.726	1.356	149	-	149	-	1.655	1.655	374
CELPE	-	-	596	596	-	596	596	-	-	374	374	-	-	374	374
COSEERN	-	47	-	47	-	1.089	1.089	-	29	-	29	-	-	639	639
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	-	-	936	936	-	135	135	-	-	587	587	-	-	116	116
TERMOFERNAMBUCO S/A	(140.654)	-	-	-	77.597	142	77.739	(123.796)	-	-	-	-	79.634	1.697	81.331
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(709)	-	-	-	316	124	440	(669)	-	-	-	-	333	61	394
GOLÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(437)	-	-	-	195	76	271	(413)	-	-	-	-	205	38	243
GERAÇÃO CHII S.A.	-	-	-	-	-	66	66	-	-	-	-	-	-	39	39
RIO PCH I S.A.	(569)	-	-	-	254	122	376	(537)	-	-	-	-	267	61	328
BAHIA PCH I S.A.	-	-	-	-	-	128	128	-	-	-	-	-	-	65	65
SENARANDINA S.A.	(4)	-	-	-	1	56	57	(1)	-	-	-	-	1	-	1
GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
NC ENERGIA S.A.	-	-	-	-	1	135	136	-	-	-	-	-	-	97	97
NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA	(1.830)	-	-	-	448	35	483	(1.299)	-	-	-	-	444	19	463
AFLUENTE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	-	-	-	-	-	22	22	-	-	-	-	-	-	6	6
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(40)	-	-	-	19	181	200	(32)	-	-	-	-	17	91	108
ENERGWORKS DO BRASIL LTDA	-	-	-	-	-	178	178	-	-	-	-	-	-	106	106
CAPUAVA ENERGY LTDA.	-	-	-	-	-	85	85	-	-	-	-	-	-	43	43
POTIGUAR SUL TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
CELPOS	(5.867)	-	-	-	1.762	259.144	260.906	(8.032)	-	-	-	-	2.611	257.217	259.827
	(151.672)	200	1.532	1.732	81.054	264.836	345.890	(133.585)	178	961	1.139	83.512	262.679	346.190	
<b>Controlado conjunto</b>															
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(3.846)	-	-	-	1.716	527	2.243	(3.632)	-	-	-	1.806	246	2.052	
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES S.A.	-	-	-	-	-	6	6	-	-	-	-	-	-	4	4
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELESPIRES	-	-	-	-	-	1.346	1.346	-	-	-	-	-	-	1.952	1.952
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	-	-	-	-	-	7	7	-	-	-	-	-	-	4	4
FEPARTICIPAÇÕES S/A	-	-	-	-	-	95	95	-	-	-	-	-	-	22	22
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A	-	-	-	-	-	47	47	-	-	-	-	-	-	16	16
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(47)	-	-	-	16	32	48	-	-	-	-	16	15	31	
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(40)	-	-	-	13	44	57	-	-	-	-	13	40	53	
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(47)	-	-	-	16	69	85	-	-	-	-	16	41	57	
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(44)	-	-	-	15	28	43	-	-	-	-	15	6	21	
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(46)	-	-	-	15	36	51	-	-	-	-	15	7	22	
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(32)	-	-	-	11	43	54	(26)	-	-	-	11	25	36	
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(42)	-	-	-	14	54	68	-	-	-	-	14	45	59	
CAETITE 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	-	-	-	-	-	32	32	-	-	-	-	-	-	12	12
CAETITE 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(39)	-	-	-	13	50	63	(42)	-	-	-	13	23	36	
CAETITE 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(39)	-	-	-	-	47	47	(42)	-	-	-	13	28	41	
	(4.222)	-	-	-	1.829	2.463	4.292	(3.741)	-	-	-	1.932	2.486	4.418	
<b>Coligadas</b>															
NORTE ENERGIA S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENERGÉTICA CORUMBA III S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AMARA BRASIL	(489)	-	-	-	12	-	12	(703)	-	-	-	-	190	-	190
<b>Controladores</b>															
BB - Banco de Investimentos S.A.	(5.714)	-	-	-	-	225.624	225.624	(8.425)	-	-	-	-	-	219.911	219.911
Outros minoritários	-	-	-	-	155	-	155	-	-	-	-	-	-	165	165
	(5.714)	-	-	-	155	225.624	225.779	(8.425)	-	-	-	-	-	165	219.911
	(162.097)	200	1.532	1.732	83.050	492.923	575.973	(146.454)	178	961	1.139	85.799	485.076	570.874	

	31/03/2014			31/03/2014			31/03/2013			31/12/2013					
	Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo	
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante		Não circulante	Total	Circulante	Não circulante		Total	Circulante	Não circulante	Total
<b>Receita</b>															
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	534	-	-	-	-	-	-	1.356	-	-	-	-	-	-	-
	534	-	-	-	-	-	-	1.356	-	-	-	-	-	-	-
<b>Despesa</b>															
Energia elétrica comprada para revenda	(146.655)	-	-	-	-	-	-	(129.031)	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão	(2.000)	-	-	-	-	-	-	(159)	-	-	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(2.595)	-	-	-	-	-	-	(2.164)	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(10.447)	-	-	-	-	-	-	(13.638)	-	-	-	-	-	-	-
Contribuição patronal	(1.134)	-	-	-	-	-	-	(2.819)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Ativo</b>															
Títulos e valores mobiliários	-	200	1.532	1.732	-	-	-	178	961	1.139	-	-	-	-	-
Cintas a receber de clientes e outros	-	47	1.532	1.579	-	-	-	29	961	990	-	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	153	-	153	-	-	-	149	-	149	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>															
Fornecedores	-	-	-	-	83.050	492.923	575.973	-	-	-	-	85.799	485.076	570.874	
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	81.133	-	81.133	-	-	-	-	83.023	-	83.023	
Outros passivos circulantes	-	-	-	-	155	-	155	-	-	-	-	165	-	165	
Outros passivos circulantes	-	-	-	-	1.762	484.768	486.530	-	-	-	-	2.611	477.128	479.738	
Debêntures	-	-	-	-	8.155	8.155	-	-	-	-	-	-	7.948	7.948	
	(162.097)	200	1.532	1.732	83.050	492.923	575.973	(146.454)	178	961	1.139	85.799	485.076	570.874	

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

**a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:**

**(a.1) Contratação bilateral (iniciais), aprovados pela ANEEL**

Termopernambuco S.A. – Contrato sem número com vigência até 2024, corrigido anualmente pela variação do dólar, do IGPM dos combustíveis e Contrato nº 01/2007, com

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCH I- Contratos n<sup>os</sup> CCEAR 3465-06 e CCEAR 3495-06, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari I – Contrato n<sup>o</sup> CCEAR 2571/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos n<sup>os</sup> CCEAR 2159/2005 e 2190/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Energética Águas da Pedra – Contrato n<sup>o</sup> CCEAR 4431/2006, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Arizona 1 – Contrato n<sup>o</sup> CCEAR 8318/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Caetité 2 – Contrato n<sup>o</sup> CCEAR 8393/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Caetité 3 - Contrato n<sup>o</sup> CCEAR 8408/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Mel 2 - Contrato n<sup>o</sup> CCEAR 8423/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 1 - Contrato n<sup>o</sup> CCEAR 8708/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 2 – Contrato n<sup>o</sup> CCEAR 8723/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 3 - Contrato n<sup>o</sup> CCEAR 8738/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 4 - Contrato n<sup>o</sup> CCEAR 8753/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 5 - Contrato n<sup>o</sup> CCEAR 8768/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### **b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)**

Coelba – Contrato nº FCI 1302, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

### **c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)**

Afluentes e Narandiba – Contrato nº 092-2002, com vigência até 2030, corrigido anualmente mediante regulamentação ANEEL.

### **d) Contratos de conexão do sistema de transmissão (CCT)**

Termopernambuco S.A. – Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

### **e) Contrato de locação de imóveis**

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020468 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

### **f) Contratos de prestação de serviços**

Amara Brasil – Contrato nº 4600022367, com vigência até 15 de agosto de 2014, corrigido anualmente pela variação IPCA.

NeoServ Ltda – Contrato nº 4600019801, com vigência até 29 de agosto de 2014.

### **g) Contrato de benefício**

Celpos – Contrato com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

### **h) Contrato de empréstimo**

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até novembro de 2021, corrigido pela taxa de juros de 108% do CDI. Contrato BB AGRO 2 com vigência até novembro de 2021, corrigido pela taxa de juros de 108% CDI.

### **i) Debêntures Aplicação/Emissão**

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

A Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos).

### **28.1 Remunerações da administração**

A remuneração total dos administradores da Companhia para o período findo em 31 de março de 2014 foi de R\$ 533 (R\$ 460 em 2013), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

## 27. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

### Considerações gerais e políticas financeiras:

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

### Gestão do capital social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 31 de março de 2014.

Em 31 de março de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantido para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis adquiridos com vencimento acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) - Indenização – Composto pelo reconhecimento das indenizações previstas pela construção de ativos de distribuição que não foram amortizados durante o período de concessão.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, classificado como passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

- Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado da mesma forma como as dívidas a eles atreladas. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

- ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam compondo ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap de moeda estrangeira para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são como segue:

## Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado 31/03/14 Valor a receber/recebido - a pagar/pago		
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		31/03/14	31/12/13		31/03/14	31/12/13
					31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13					
<b>Contratos de swaps:</b>													
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a	EUR 289	EUR 288	RS 907	RS 928	1.053	1.033			
Passiva				72,5% do CDI			RS 740	RS 727	740	727			
									313	306			
<b>Swap</b>													
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a	EUR 1.215	EUR 1.202	RS 3.811	RS 3.877	3.980	3.975			
Passiva				92% do CDI			RS 3.104	RS 3.037	3.104	3.037			
									876	938			
<b>Swap</b>													
Ativa	Banco Citibank	03/12/13	03/12/18	USD + 1,1765*(Libor 3M + 0,97% a.a.)	USD 17.017	USD 17.016	RS 38.509	RS 39.868	38.099	39.060			
Passiva				104,5% do CDI			RS 39.378	RS 39.388	39.378	39.388			
									(1.279)	(329)	(846)		
									(90)	915	(846)		

### Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflète as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

Para os passivos financeiros classificados como mensurados a valor justo, aos quais são as dívidas vinculadas aos instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia adota a metodologia de determinação de valor justo projetando os fluxos com as características contratuais e a curva da BM&F. Para isso utiliza como taxa de desconto a taxa da ponta passiva do swap contratado. Não existe no mercado liquidez para as dívidas em moeda estrangeira, por isso foi adotada essa metodologia, considerando principalmente que a taxa da ponta passiva do swap reflète a precificação do mercado para o instrumento em questão.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos no item 3.13 desta

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

	31/03/14		31/12/13	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
<b>Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)</b>				
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>789.308</b>	<b>789.308</b>	<b>788.819</b>	<b>788.819</b>
Contas a receber de clientes e outros	789.308	789.308	778.061	778.061
Recurso CDE	-	-	10.758	10.758
<b>Mantidos até o vencimento</b>	<b>632</b>	<b>632</b>	<b>1.385</b>	<b>1.385</b>
Títulos e valores mobiliários	632	632	1.385	1.385
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>125.168</b>	<b>125.168</b>	<b>156.298</b>	<b>156.298</b>
Caixa e equivalentes de caixa	123.377	123.377	149.269	149.269
Títulos e valores mobiliários	1.791	1.791	7.029	7.029
<b>Disponível para venda</b>	<b>377.111</b>	<b>377.111</b>	<b>356.549</b>	<b>356.549</b>
Concessão do Serviço Público - Indenização	377.111	377.111	356.549	356.549
<b>Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)</b>				
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>	<b>1.703.879</b>	<b>1.705.060</b>	<b>1.557.179</b>	<b>1.558.979</b>
Fornecedores	519.685	519.685	383.793	383.793
Empréstimos e financiamentos	807.856	807.856	806.938	806.938
Debêntures *	376.338	377.519	366.448	368.248
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>	<b>42.433</b>	<b>42.433</b>	<b>42.434</b>	<b>42.434</b>
Empréstimos e financiamentos	42.343	42.343	43.349	43.349
Citibank	1.279	1.279	328	328
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	(1.189)	(1.189)	(1.243)	(1.243)

\* Valor de mercado é meramente informativo

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto pelo CPC 40:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
 EM 31 DE MARÇO DE 2014  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/03/14			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
<b>Ativos</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Disponível para venda</b>				
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	377.111	377.111
<b>Mantidos para negociação</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	123.377	-	-	123.377
Títulos e valores mobiliários	1.791	-	-	1.791
<b>Passivos</b>				
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Empréstimos e Financiamentos				
Citibank	-	(37.309)	-	(37.309)
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	-	(5.034)	-	(5.034)
<b>Outros Passivos financeiros</b>				
Derivativos não designados como hedge				
Citibank	-	1.279	-	1.279
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	-	(1.189)	-	(1.189)
	<u>125.168</u>	<u>(42.253)</u>	<u>377.111</u>	<u>460.026</u>

**Fatores de risco**

- Riscos financeiros
  - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de março de 2014, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 31 de março 2014 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 1.850 (R\$ 1.395, resultado negativo em 31 de março de 2013).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
 EM 31 DE MARÇO DE 2014  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é nulo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	RS Mil		
					Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	2,2630	(38.503)	(116)	(145)	(174)
Swap Ponta Ativa em Dólar			2,2630	(38.509)	137	171	205
<b>Exposição Líquida</b>						20	26
Dívida em Euro	Euro(€)	Alta do Euro	3,1175	(4.689)	(47)	(59)	(71)
Swap Ponta Ativa em Euro			3,1175	4.689	47	59	71
<b>Exposição Líquida</b>						-	-

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 31 de março de 2014, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possui swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação da moeda estrangeira pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 173.351 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
 EM 31 DE MARÇO DE 2014  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no trimestre seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

							R\$ Mil
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	2,4%	138.602	3.297	2.473	1.649
Aplicações financeiras em SELIC	SELIC	Queda do Selic	2,4%	526	13	9	6
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>							
<b>Empréstimos, Financiamentos e Debêntures</b>							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	2,4%	602.041	15.893	19.866	23.839
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	2,4%	43.222	1.068	1.335	1.602
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	1,3%	375.395	6.834	8.008	9.181

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

✓ **Risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de março de 2014 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 115.422, sendo R\$ 115.061 em fundos exclusivos e R\$ 361 em outros ativos.

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
 EM 31 DE MARÇO DE 2014  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

Adicionalmente estão inclusos as previsões de fluxo de vencimentos das obrigações vinculadas às garantias oferecidas pela controladora à suas participadas de controle conjunto e coligadas.

	31/03/14								
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 9 meses	2015	2016	2017	2018	2019	Acima de 5 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos:</b>									
Empréstimos e financiamentos	850.199	(1.078.361)	(149.338)	(233.547)	(205.916)	(167.999)	(113.453)	(75.282)	(132.825)
Debêntures	376.338	(376.963)	(376.963)	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	519.685	519.685	-	484.291	-	-	-	-	35.394
<b>Passivos financeiros derivativos</b>									
<b>Não designados como hedge accounting:</b>									
Citibank	1.279	(3.082)	3.682	4.127	3.655	2.936	(17.482)	-	-
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	(1.189)	(1.685)	(234)	(436)	(252)	(14)	(30)	(44)	(675)

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a Companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para a Companhia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

#### Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento,

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
 EM 31 DE MARÇO DE 2014  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	123.377	149.269
Títulos e valores mobiliários	1.791	7.029
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Contas a receber de clientes e outros	1.401.829	1.393.581
Recurso CDE	-	10.758
<b>Mantidos até o vencimento</b>		
Títulos e valores mobiliários	632	1.385
<b>Disponível para venda</b>		
Concessão do Serviço Público - Indenização	377.111	356.549

(\*) valor bruto não considerando PCLD

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas n<sup>os</sup> 15 e 16).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidroelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

## 28. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

Durante o trimestre, findo em 31 de março de 2014, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 4.765 (R\$ 16.155 em 31 de dezembro de 2013).

**Notas Explicativas**

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
EM 31 DE MARÇO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	14.083	13.809	122.453	123.478
	<u>14.083</u>	<u>13.809</u>	<u>122.453</u>	<u>123.478</u>
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	136.996	133.668
Participação ativos	1.312	2.514	-	-
Desligados PDV	539	8	63	71
	<u>1.851</u>	<u>2.522</u>	<u>137.059</u>	<u>133.739</u>
Total	<u>15.934</u>	<u>16.331</u>	<u>259.512</u>	<u>257.217</u>

**29. EVENTOS SUBSEQUENTES****Reajuste Tarifário Anual – IRT 2014**

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.723 de 28 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2014, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 15,99%, dos quais 14,05% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 1,94% aos componentes financeiros pertinentes.

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 17,75%.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2014 com vigência até 28 de abril de 2015.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

### Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Recife, 14 de maio de 2014

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE

Leandro Mauro Ardito  
Contador CRC 1SP188307/O-0 "S" PE